



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (GESPOL)

JAQUELINE DE KASSIA RIBEIRO DE PAIVA

**DO DEBATE EPISTEMOLÓGICO DAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO DA UNIRG À
CLÍNICA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS**

PALMAS-TO

2018

JAQUELINE DE KASSIA RIBEIRO DE PAIVA

**DO DEBATE EPISTEMOLÓGICO DAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO DA UNIRG À
CLÍNICA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas (Gespól) da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Juliana Ricarte Ferraro
Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª Lady Sakay

PALMAS-TO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- P149d PAIVA, JAQUELINE DE KASSIA RIBEIRO DE .
DO DEBATE EPISTEMOLÓGICO DAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO DA
UNIRG À CLÍNICA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS. /
JAQUELINE DE KASSIA RIBEIRO DE PAIVA. – Palmas, TO, 2018.
164 f.
- Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2018.
- Orientadora : Juliana Ricarte Ferraro
Coorientadora : Lady Sakay
1. Interdisciplinaridade. 2. Política de ensino. 3. Práticas de estágio .4.
Direitos humanos. I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JAQUELINE DE KASSIA RIBEIRO DE PAIVA

**DO DEBATE EPISTEMOLÓGICO DAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO DA UNIRG
À CLÍNICA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS**


Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Profissional em Gestão de Políticas Públicas da
Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.
Orientadora: Profa. Dra. Juliana Ricarte Ferraro

Aprovada em 08/11/18.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Juliana Ricarte Ferraro (Orientadora)



Profa. Dra. Lina Maria Gonçalves (membro interno)



Profa. Dra. Marcilene de Assis Alves Araújo (Membro externo)



Profa. Dra. Lady Sakay

PALMAS-TO

2018

DEDICATÓRIA

À minha mãe, grande ajudadora e amiga em todos os momentos.
Ao meu esposo Alex, companheiro de partilha nos bons momentos, assim como nos difíceis.

A minha pequena Mariana, que, em tão tenra idade, compreende minhas necessidades, ampara-me nos momentos difíceis, sendo muito mais que uma filha, uma amiga especial.

Dedico este trabalho!

AGRADECIMENTOS

Às professoras Dras. Juliana Ricarte e Lady Sakay, não somente pela orientação, mas pela compreensão nos momentos difíceis, paciência e compartilhamento de seus vastos conhecimentos.

Ao corpo docente e trabalhadores da Universidade Federal do Tocantins, que tão carinhosamente, compartilham experiências, nos acolhem de maneira gentil, fomentando o aprendizado, dividindo conhecimentos, e possibilitando um intercâmbio cultural extraordinário. Grata pelos momentos partilhados, sem esmorecimento.

Às amigas Laslei e Karita pela parceria essencial ao longo das disciplinas, imprescindíveis para a execução deste trabalho, e sem as quais, certamente, meu caminho seria muito mais tormentoso. A turma deste curso estará gravada para sempre em minha melhor memória.

A todas as pessoas que fizeram parte deste caminhar e contribuíram para a conclusão deste curso.

DE PAIVA, Jaqueline de Kassia Ribeiro. **Do debate epistemológico das práticas de estágio da UnirG à clínica interdisciplinar de direitos humanos**, 2018. 164 fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Tocantins. 2018.

RESUMO

Este trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida, no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins, com o objetivo geral de promover um debate epistemológico das práticas de estágio da Universidade de Gurupi - UnirG, com vistas à construção coletiva de um projeto de criação da clínica interdisciplinar de Direitos Humanos. A investigação partiu da seguinte problemática: a partir do debate das práticas de estágio da Universidade de Gurupi - UnirG, é possível pensar um projeto de criação de uma clínica interdisciplinar de direitos humanos, como uma prática de ensino a ser implementada na IES? Assim, foi discutida a possibilidade de construção de um projeto coletivo da Clínica de Direitos Humanos, apresentado para a instituição. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, conjugando os procedimentos de pesquisa documental e da pesquisa participante. Envolve os Coordenadores de Estágios dos diferentes cursos da UnirG, por meio de grupos focais, técnica muito utilizada nos trabalhos de abordagens qualitativas em pesquisa social, quando se deseja intervir na realidade. Foram realizadas 2 (dois) grupos focais que abordaram o pensamento dos participantes sobre a integração da prática de estágio em seus cursos e as possibilidades de integrá-las aos outros cursos. Não foi adotado um modelo único e acabado para a análise dos dados, mas a busca de significados nos dados obtidos aproximou-se da técnica de análise temática de conteúdo. De início, procedeu-se a construção de um plano descritivo das falas, destacando as diferenças entre opiniões e relatos; em seguida foram realizadas análises de sentido, evidenciando o que foi realmente importante para o grupo, destacando as tendências e conexões, usadas para compor o Projeto da Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos. Como principais resultados, destacam-se que os participantes veem como positiva a integração entre os cursos, tanto no aspecto acadêmico quanto para a qualidade dos serviços prestados, bem como entendem ser promissora a criação da Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos, cuja temática principal será Saúde e Qualidade de Vida. A partir dos dados coletados, foi construído o projeto interdisciplinar o qual foi apresentado na Pró Reitoria de Graduação e Extensão e submetido a apreciação do Conselho Superior. Conclui-se que a investigação contribuiu para o debate sobre interdisciplinaridade no ensino superior e permitiu a construção coletiva da proposta de criação da Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos na UnirG.

Palavras chave: Interdisciplinaridade, Política de ensino, Práticas de estágio, Construção coletiva, Direitos humanos.

DE PAIVA, Jaqueline de Kassia Ribeiro. **Do debate epistemológico das práticas de estágio da UnirG à clínica interdisciplinar de direitos humanos**, 2018. 166 fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Tocantins. 2018.

ABSTRACT

This work is the result of the research carried out, within the scope of the Master's Degree in Public Policy Management at the Federal University of Tocantins, with the general objective of promoting an epistemological debate on internship practices at the University of Gurupi - UnirG, aiming at the collective construction of a project to create the interdisciplinary Human Rights clinic. The research started from the following problematic: from the debate of the internship practices of the University of Gurupi - UnirG is it possible to think about a project to create an interdisciplinary human rights clinic, as a teaching practice to be implemented in the IES? Thus, the possibility of constructing a collective project of the Human Rights Clinic presented to the institution was discussed. This is a qualitative research, combining documentary research procedures and participant research. It involves the Stage Coordinators of the different UnirG courses, through focus groups, a technique widely used in the work of qualitative approaches in social research, when one wishes to intervene in reality. Two focus groups were held that addressed the participants' thinking about integrating internship practice into their courses and the possibilities of integrating them into other courses. It was not adopted a single and finished model for the analysis of the data, but the search for meanings in the obtained data approached the technique of content thematic analysis. Initially, a descriptive plan was drawn up, highlighting the differences between opinions and reports; followed by analysis of meaning, highlighting what was really important for the group, highlighting the trends and connections used to compose the Interdisciplinary Human Rights Clinic Project. As main results, it is highlighted that the participants see as positive the integration for the courses, both in the academic aspect and in the quality of the services rendered, as well as the promising creation of the Interdisciplinary Clinic of Human Rights, whose main theme is Health and Quality of Life. Based on the data collected, the interdisciplinary project was built, which was presented at the PGRAD and submitted to the College of Coordinators. It is concluded that the research contributed to the debate on interdisciplinary in higher education and allowed the collective construction of the proposal to create the Interdisciplinary Human Rights Clinic at UnirG.

Keywords: Interdisciplinarity, Teaching policy, Internship practices, Collective construction, Human rights

LISTA DE SIGLAS

SIGLAS	SIGNIFICADO
AJOPE	Agência de Jornalismo e Publicidade Experimental
CCIDH	Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CESUPA	Centro Universitário do Pará
CIDH	Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos
CIDHA	Clínica de Direitos Humanos da Amazônia
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno
ConBate	Congresso para debater Direitos Humanos
CONSUP	Conselho Superior Acadêmico
CSA	Conselho Superior Acadêmico
DAJ	Divisão de Assistência Judiciária
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DNEDH	Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FEG	Fundação Educacional de Gurupi
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos do Governo Federal
FORGRAD	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação
IES	Instituição de Ensino Superior
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
LADIF	Laboratório de Assessoria Jurídica a Direitos Fundamentais
LAJES	Laboratório de Assessoria Jurídica à Organizações Sociais
LAJUNT	Laboratório de Assessoria Jurídica a Novas Tecnologias
LAMCA	Laboratório de Assessoria Jurídica ao Mercado de Capitais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIFE	Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores
NUH	Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania

OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PGRAD	Pró-reitoria de Graduação e Extensão
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROPEAQ	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
RIDAs	Relatórios Individuais de Danos Ambientais
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SESAU-TO	Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso.
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNB	Universidade de Brasília
UNICEUB	Centro Universitário de Brasília
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UnirG	Universidade de Gurupi
UNIRITTER	Centro Universitário Ritter dos Reis
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Definição de políticas públicas.....	23
Quadro 2- Conceito de interdisciplinaridade	25
Quadro 3- Compatibilização dos objetivos com os procedimentos e instrumentos de pesquisa. (continua).....	38
Quadro 4- Clínicas identificadas em IES na região Norte, do Brasil.	50
Quadro 5- Clínicas identificadas em IES das regiões Centro Oeste e Nordeste, do Brasil.	54
Quadro 7- Clínicas identificadas em IES na região Sudeste, do Brasil (continua).....	61
Quadro 8 - Áreas dos cursos de graduação da UnirG.....	66
Quadro 9- Curso de Ciências Contábeis e Administração.....	77
Quadro 10- Curso de Direito.....	78
Quadro 11 - Curso de Comunicação Social: habilitação em Jornalismo.....	78
Quadro 12- Curso de Educação Física – Bacharelado.....	90
Quadro 13 - Curso de Medicina.....	90
Quadro 14- Curso de Enfermagem.	91
Quadro 15- Curso de Farmácia.....	91
Quadro 16- Curso de Odontologia.....	92
Quadro 17- Curso de Fisioterapia.....	92
Quadro 18- Curso de Letras.....	99
Quadro 19- Curso de Pedagogia.....	99
Quadro 25- Interdisciplinaridade nos diferentes cursos da UnirG.....	104
Quadro 26- Relatos dos participantes sobre o trabalho em conjunto com outros cursos (Questão1).....	107
Quadro 27 - Relatos dos participantes sobre os serviços prestados ao público por cada curso (Questão 2).....	109
Quadro 28 - Relatos dos participantes sobre a contribuição de outro curso para seus serviços (Questão 3).....	110
Quadro 29 - Relatos dos participantes sobre a interação pedagógica entre os discentes de outros cursos.	111

Quadro 30 – Diferencial Semântico para a categoria Estudante.....	114
Quadro 31 - Diferencial Semântico para a categoria professor/supervisor	116
Quadro 32 - Diferencial Semântico para a categoria usuários.....	118
Quadro 33 - Atores envolvidos/ disciplinas, segundo participantes dos GF.	122
Quadro 34 - Atores externos e internos da CIDH, conforme participantes do GF.	126
Quadro 35 – Público externo alvo da CDH, conforme participantes dos GF.....	128
Quadro 36 - Outros atores externos e internos da CDH, conforme participantes dos GF.....	128
Quadro 37 – Formas de triagem dos atendimentos, conforme participantes dos GF.	129
Quadro 38 – Formas de direcionamento dos atendimentos, conforme participantes dos GF.	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Disciplinas de estágio do curso de Ciências Contábeis	70
Figura 2- Apresentação do estágio curricular do curso de Farmácia.....	87
Figura 3- Disciplinas de Estágio do curso de Psicologia.....	98
Figura 4 – Possibilidades de Interdisciplinaridade entre os cursos, na perspectiva dos participantes dos grupos focais	112
Figura 5 – Avaliação dos estudantes.....	115
Figura 6 – Avaliação do professor/supervisor de estágio.	117
Figura 7 – Avaliação dos usuários do serviço da Clínica de Direitos Humanos	118
Figura 8 – Temáticas levantadas no GF 2, do dia 19/09/2018.....	120
Figura 9 – Síntese das temáticas levantadas no GF 2, do dia 19/09/2018	120
Figura 10 – Características do professor participante da CDH UnirG	123
Figura 11 – Posição da CDH UnirG, no currículo.....	124
Figura 12 – Critérios para seleção dos estudantes participantes da CDH.....	125
Figura 13 – Atores externos parceiros na CDH UnirG.....	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1.....	18
INTERDISCIPLINARIDADE, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	18
1. A POLÍTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO SUPERIOR.....	18
1.1 Em defesa da Interdisciplinaridade	21
1.2 O comportamento interdisciplinar: considerações avaliativas.....	27
1.3. Educação em direitos humanos	29
CAPITULO 2.....	34
OS CAMINHOS DA PESQUISA	34
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	34
2.1. Procedimentos para coleta de dados	35
2.2 Compatibilização entre procedimentos metodológicos e ojetivos da pesquisa.....	37
2.3 Participantes da pesquisa	39
2.3.1 Critérios de inclusão e exclusão.....	40
2.3.2 Riscos e benefícios para os participantes da pesquisa	40
2.4 Análise de dados	41
CAPÍTULO 3.....	43
CLÍNICAS DE DIREITOS HUMANOS (CDH)	43
3. CLÍNICAS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL	43
CAPÍTULO 4.....	64
PRÁTICAS DE ESTÁGIO NA UNIVERSIDADE DE GURUPI - UNIRG	64
4.1 O Estágio na Formação Acadêmica.....	64
4.2 Contextualização da UnirG.....	66
4.3 Área das Ciências Sociais Aplicadas	68
4.3.1 Ciências Contábeis.....	69

4.3.2 Administração	71
4.3.3 Curso de Direito	74
4.3.4 Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo	76
4.4 Área das Ciências da Saúde	78
4.4.1 Curso de Educação Física	78
4.4.2 Curso de Medicina	80
4.4.3 Curso de Enfermagem.....	83
4.4.4 Curso de Farmácia	85
4.4.5 Curso de Odontologia	88
4.4.6 Curso de Fisioterapia	89
4.5 Área das Ciências Humanas.....	92
4.5.1 Curso de Letras Português/Inglês	93
4.5.2 Curso de Pedagogia.....	93
4.5.3 Curso de Educação Física - licenciatura	96
4.5.4 Psicologia.....	96
4.6 Área da Engenharia e Computação	100
4.6.1 Curso de Ciência da Computação	100
4.6.2 Curso de Engenharia Civil	102
4.7. Síntese: A interdisciplinaridade nos cursos da UnirG.....	103
CAPÍTULO 5.....	106
CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA UnirG.....	106
5.1 Resultados e Discussões do Grupo Focal 1	106
5.1.1 Diferencial Semântico	114
5.2 Resultados e Discussões do Grupo Focal 2	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE A: DECLARAÇÃO AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA (REITORIA DA UnirG).	145

APÊNDICE B: FOLHA DE ROSTO PLATAFORMA BRASIL: AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA (REITORIA E PRO REITORIA DE PESQUISA DA UnirG).....	145
APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	147
APÊNDICE D:ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS	151
APÊNDICE E: PROPOSTA PROJETO CDH	154
ANEXO 1: PARECER CONSUBSTANCIADO – COMITÊ DE ÉTICA.....	162

CAPÍTULO 4

PRÁTICAS DE ESTÁGIO NA UNIVERSIDADE DE GURUPI - UNIRG

Antes de adentrar na temática das práticas de estágio da UnirG, propriamente dita, é importante analisar o conceito de estágio, sem deixar de lado que “não podemos considerá-lo como uma instrumentalização técnica, pois seu objetivo deve ir além de ensinar conteúdos e modos de fazer a serem aplicados nas situações reais” (PELOZO, 2007, p. 02). É importante ter em mente que não se trata de aprendizado de conteúdos específicos, mas um momento para se valorizar o conhecimento adquirido das vivências dos estudantes, resignificando as realidades de maneira permanente.

4.1 O Estágio na Formação Acadêmica

Formar um profissional competente técnico, científico, crítico e atuante na modificação da realidade, compromissado com os interesses da maioria da população é uma atividade diária. “A teoria pode contribuir para a transformação do mundo, mas para isso tem que sair de si mesmo e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com atos reais, efetivos, tal transformação” (VASQUEZ, 1968, p.206).

Percebe-se a necessidade de que a prática seja o eixo central das disciplinas teóricas, de modo a estimular a reflexão e a pesquisa, de modo que o estudante cresça em seu aprendizado, desenvolva habilidades e técnicas capazes de modificar a realidade existente.

Nesta disciplina os estudantes têm a possibilidade de integrar teoria à prática, de modo a compreenderem a complexidade das práticas institucionais e das ações ali praticadas. Mas para isso, o professor orientador deve planejar seu curso, juntamente com outros professores, de forma que a prática de ensino seja o eixo central das outras disciplinas, possibilitando a reflexão e a pesquisa. Ou seja, amparado a fundamentação teórica, o estudante utiliza sua prática, refletindo e transformando-a de modo a transgredir os limites da Universidade. É nesse contexto que a práxis pedagógica se estrutura e há a formação do profissional competente que possui técnicas e habilidades capazes de intervirem na realidade existente (PELOZO, 2007, p.6).

As DCNs para os cursos de graduação destacam o desenvolvimento da capacidade profissional, conectada ao exercício da crítica e a elaboração de proposições, com vistas ao atendimento dos problemas e desafios vivenciados pela sociedade.

Ao iniciar o estudante no efetivo exercício profissional, “proporciona-lhe domínio de sua prática e de seu papel social, com base na reflexão contextualizada na ação, sobre a ação e sobre o próprio conhecimento na ação, num processo de ressignificação permanente” (FORGRAD, 2003. p. 183).

Segundo o Parecer CNE/CES n. 0228/2004 (BRASIL, 2004, p.2), do Ministério da Educação, estágio supervisionado é:

um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora e acompanhados por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. A Lei 9.394/96, por meio do art. 82, determina que: Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização de estágios dos estudantes regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição. Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica (BRASIL, 2004, p. 2).

Ainda segundo este mesmo parecer, as atividades de estágio curricular supervisionado necessárias para a formação em cada área de conhecimento estão definidas nas respectivas DCN para os Cursos de Graduação, nas quais são especificados os parâmetros curriculares para o estágio curricular, como o formato, a abrangência e a carga horária mínima.

Ao se refletir sobre o que é efetivamente a disciplina de estágio supervisionado de um curso de graduação, a primeira ideia que ocorre é a integração entre a teoria e a prática de qualquer profissão. Tal componente curricular, aqui defendido como um espaço de aprendizagem da profissão e de construção de identidade profissional, permeia no projeto pedagógico dos cursos de formação, o local de sistematização da pesquisa sobre prática, no papel de realizar a síntese e a reflexão das vivências efetivadas.

Importante estabelecer o pressuposto para compreensão do contexto universitário, que diante do avanço científico e tecnológico e das mudanças nas relações de produção e de trabalho, com desdobramentos nas dimensões política, econômica e cultural da sociedade, a universidade é desafiada a repensar o processo pedagógico de seus cursos de graduação.

Para Silva (2004, p. 12) “O desencadeamento desse processo é perpassado por tensões. Há o enfrentamento de duas lógicas: a da profissionalização técnica, priorizando a dimensão tecnológica do pensamento e a da formação, delineada na dimensão filosófica, ético-humanista e social”.

Ou seja, é evidente que o papel do docente neste campo de formação, deve ser para além da profissionalização do estudante, deve também englobar todos os aspectos de formação deste estudante, contemplando as habilidades previstas nos PPC.

Como atividade teórico-prática, o estágio deve relacionar-se à totalidade das ações desenvolvidas no Projeto Político Pedagógico. Entretanto, nem sempre é possível estabelecer essa relação devido à forma como os conhecimentos se organizam na estrutura curricular. Na estrutura curricular há o conjunto de disciplinas teóricas que objetivam oferecer uma fundamentação básica e específica; e, situado, quase sempre, nos últimos períodos, há o estágio com a função de aplicar os conhecimentos adquiridos à futura vida profissional (SILVA, 2004, p. 14)

Essa é a realidade constatada na UnirG, em que 86,5% dos cursos de graduação realizam os estágios nos últimos períodos e apenas 13,5 % o fazem a partir da metade do curso. O Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), em vigor em 2018, dividiu os cursos de graduação em quatro grandes áreas, a saber:

Quadro 7 - Áreas dos cursos de graduação da UnirG.

Áreas	Cursos de graduação
Ciências sociais aplicadas	Ciências Contábeis, Comunicação Social–Jornalismo, Administração e Direito
Ciências médicas e da saúde	Medicina, Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia, Educação Física – Bacharelado
Ciências humanas	Pedagogia, Psicologia, Educação Física - Licenciatura), Linguagem e Artes (Letras)
Engenharia e Computação	Ciência da Computação e Engenharia Civil

Fonte: A autora (2018)

Para facilitar o estudo, as análises são realizadas a partir desta divisão da graduação em áreas de conhecimento. Antes de adentrar especificamente nos cursos, é necessário conhecer a realidade local da instituição de ensino em estudo.

4.2 Contextualização da UnirG

A Universidade de Gurupi - UnirG é uma entidade Pública Municipal de Ensino Superior, localizada no sul do Tocantins, em Gurupi, cuja manutenção é atribuição da Fundação UnirG, com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei Municipal n. 611, de 15 de fevereiro de 1985, e alterações posteriores.¹³

Nominada inicialmente de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (FAFICH), mantida pela Fundação Educacional de Gurupi (FEG) no período compreendido entre 1985 a 1997, iniciou suas atividades com apenas dois cursos: direito e pedagogia. Em 1992, após eleição da diretoria acadêmica, foram implementados outros dois cursos: Administração e Ciências Contábeis, saindo de um patamar de cerca de 200 (duzentos)

Lei Municipal nº 1.566 de 18 de dezembro de 2003 e Lei Municipal n 1.699 de 11 de julho de 2007.

estudantes para 602 (seiscentos e dois) no total e com uma estrutura física constituída por vinte salas de aula.

Em 2008 foi elaborado o PDI e o estatuto, o qual resultou na evolução da UnirG de Faculdade isolada para Centro Universitário, fruto da boa qualidade do ensino, comprovada através dos processos avaliativos. Neste novo patamar, ganhou autonomia universitária, o que lhe possibilitou, dentre outras coisas, criar e organizar, em sua sede, cursos e programas de educação superior, limitada apenas pelo seu próprio PDI. No ano de 2012, o Centro Universitário UnirG foi recredenciado com o conceito 4, pelo Conselho Estadual de Educação. Nesse diapasão, sua missão institucional era: “Ser um Centro Universitário comprometido com o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento com qualidade, por meio da ciência e da inovação, pautado na ética, na cidadania e na responsabilidade social” (UnirG, 2011).

Atualmente, a IES reviu seus projetos internos e a missão institucional foi atualizada para: “Somos uma Universidade comprometida com o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento com qualidade, por meio da ciência e da inovação” (UnirG, 2018).

No ano de 2018, foi publicado no Diário oficial n. 5.190, de 03 de setembro de 2018, o credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação por transformação, de Centro Universitário para Universidade de Gurupi-UnirG, sendo emitido o Parecer CEE-TO, CES/CP nº 296/2018 e publicado no Diário Oficial sob número 5861 de 17 de setembro de 2018.

O orçamento financeiro é significativo, se comparado com outros municípios do Estado, pois representa o quarto maior orçamento público estadual (PDI), possuindo atualmente 376 membros do corpo administrativo e 291 professores (UnirG/RH, 2018). A fundação é gerida por um Presidente, indicado pelo chefe do poder executivo municipal, e a parte acadêmica, gerida pela Reitoria, e duas Pró-reitorias de graduação e extensão, e a de pesquisa e pós-graduação.

Os professores trabalham em regimes de trabalho estabelecidos pelo Plano de Carreira e Remuneração dos Docentes de Ensino Superior da Fundação tanto para os docentes concursados quanto aos contratados, originados na Lei nº. 1.755, de 21 de maio 2008, a Lei n. 2.271/2015, e mediante Resoluções nº. 061/2010, de 19 de Dezembro 2017, Res. nº. 001/2018 de 08 de fevereiro de 2018, ambas do Conselho Superior - CONSUP que aprovam o enquadramento dos docentes da UnirG.

A IES possui 16 (quinze) cursos de graduação ofertados nas áreas mencionadas acima. Seu corpo estudante em 2018-2 é de 4.135 (quatro mil cento e trinta e cinco) estudantes, selecionados em vestibulares semestrais.

A Universidade atua no tripé ensino, pesquisa e extensão. Em razão de seu tempo de existência, 32 anos, existem constantes discussões sobre os cursos de graduação, gestão acadêmica, desenvolvimento institucional, dentre outros. Na temática de extensão, os projetos pedagógicos citam a criação de ligas acadêmicas em diversos cursos de graduação, e mais de 25 projetos de pesquisa sob o comando da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ). Outro ponto de avanço citado pelos seus PPCs também é a capacitação dos docentes via programas de mestrado, firmados em parceria com outras instituições para capacitação dos corpos docente e administrativo.

A Universidade de Gurupi - UnirG tem revista própria, Cereus, e Amazônia: Science & Health, a qual integra o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), recomendado pela CAPES para administração de revistas online. Conta com projetos desenvolvidos através de investimentos externos, Financiadora de Estudos e Projetos do Governo Federal – FINEP, SECT-TO, CNPq, empresas privadas, esferas pública municipal e estadual, dentre outras.

Segundo o PDI (UnirG, 2018, p. 14), de 2003 até 2016 foram captados cerca de 5,4 milhões de reais junto a instituições governamentais como FINEP (desenvolvimento da ciência e tecnologia no Estado do Tocantins), Proinfra, CNPq, SEBRAE, Caixa Econômica Federal, TRT, Banco do Brasil, IEL, Energias do Brasil, ANEEL e empresas privadas como ENERPEIXE S.A, Capes.

Possui também Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, tanto na IES quanto aberta às submissões externas. Visto o panorama histórico e contextualizado da Universidade, passa-se a discorrer sobre os estágios de seus cursos, a começar pela área de ciências sociais aplicadas.

4.3 Área das Ciências Sociais Aplicadas

Como dito alhures, a UnirG entende como sendo os cursos integrantes desta área, os seguintes: Ciências Contábeis, Comunicação Social–Jornalismo, Administração e Direito. Partindo desta premissa, serão apresentados os PPC, a começar pelo curso de Ciências Contábeis.

4.3.1 Ciências Contábeis

É a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis e nela constata-se, dentre outras competências e habilidades, a que mais interessa para este trabalho, “art. 4º, I - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil” (BRASIL, 2004, p. 02). O destaque dá-se em função da necessidade de se estimular ao estudante uma visão interdisciplinar da carreira escolhida.

Sobre o estágio curricular supervisionado, a mencionada Resolução estipula:

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Estudantes, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências Contábeis e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior estudante competente, na instituição.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo estudante, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis o Estágio Supervisionado de que trata este artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Estudante, contendo, obrigatoriamente critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente. (BRASIL, 2004, p. 03-04)

Vê-se, portanto, a necessidade de que os cursos de graduação em Ciências Contábeis prevejam o Estágio Supervisionado em seus PPCs, de modo a integrar os eixos de formação teórico-prático, como forma de obtenção dos domínios indispensáveis ao exercício da profissão. Chama a atenção o destaque feito neste parecer de que as atividades complementares não devem ser confundidas com o estágio supervisionado (art. 8º, parágrafo único) e “devem constituir-se de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado” (BRASIL, 2004, p. 4).

Na UnirG, este curso foi criado em 1991 (PPC, 2016, p. 22), e seu primeiro vestibular foi em 1992, cujo Projeto do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis foi elaborado a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional do Universidade de Gurupi - UnirG, a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis, as resoluções e relatórios do Conselho Estadual de Educação para renovação de reconhecimento e legislação do Conselho Federal de Contabilidade (PPC, 2016, p.4).

O estágio do curso dá-se por meio de disciplinas de caráter prático, e seu PPC menciona as disciplinas de Laboratório Contábil e Trabalho de Conclusão de Curso no último semestre. As atividades complementares fazem parte da carga horária, contemplando a participação, e projetos de ensino, pesquisa e extensão, estágios, que objetivam adequar a articulação entre a teoria e a prática (PPC, 2016, p. 25). O curso prevê ainda como formas de articulação da teoria com a prática a realização do estágio supervisionado, consistente em item obrigatório do curso, tem como uma das contribuições à integração entre os conteúdos apreendidos em sala de aula e os conhecimentos práticos exigidos.

As atividades de estágio são gerenciadas pela coordenação de estágio e com o apoio do escritório modelo de contabilidade, relevante centro de aplicação do curso. Outra forma de articulação são os trabalhos de extensão realizados no âmbito da comunidade de Gurupi por meio do **Escritório Modelo de Contabilidade** e vinculadas a disciplinas teóricas o estímulo à participação de atividades extracurriculares de cunho teórico/prático (PPC, 2016, p. 25).

Deste modo, vê-se que o curso cuida do estágio como forma de integração entre teoria e prática e reserva o final do curso para realização desta atividade, e tal interpretação é reafirmada pelo seguinte: “As aulas práticas do curso visam oportunizar aos estudantes interações entre a teoria e prática” (PPC, 2016, p. 36). Esta parte prática do curso inicia-se no sexto período, com a disciplina de Estágio Curricular I, desenvolvida de forma modular, realizada no Escritório Modelo de Contabilidade. Estágio Curricular II no 7º período, atendendo às Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Contábeis.

A representação da matriz curricular destas disciplinas, segundo o documento do curso está demonstrado na figura. 1.

Figura 1- Disciplinas de estágio do curso de Ciências Contábeis

SEXTO PERÍODO							
6º	3644	Apuração e Análise de Custos	04	04	-	60	3640
	3645	Contabilidade Societária	04	04	-	60	3638
	3646	Contabilidade de Entidades de Interesse Social	04	04	-	60	3624
	3647	Estágio Curricular I *	04	02	02	60	3641
	3648	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	04	04	-	60	3642
	3649	Auditoria Contábil	04	04	-	60	3661
	Subtotal		24	20	04	360	-
SÉTIMO PERÍODO							
7º	3650	Contabilidade Avançada	04	04	-	60	3638
	3651	Sistema de Informações Contábeis	04	04	-	60	-
	3652	Perícia Contábil	04	04	-	60	3661
	3653	Elaboração do Projeto de TCC	04	04	-	60	3626/3629
	3654	Estágio Curricular II *	10	-	10	150	3647
Subtotal		26	16	10	390	-	
OITAVO PERÍODO							

Fonte: UnirG (2016, p. 53).

Sobre o Escritório Modelo de Contabilidade, segundo o PPC (UnirG, 2016, p. 69) sua criação decorreu do Processo Administrativo nº 009/2004, de 02 de fevereiro de 2004. Possui amplo espaço físico e estruturado com equipamentos de informática o que possibilita parcerias externas com o SEBRAE e atendimento comunitário. Objetiva proporcionar aos estudantes do curso de Ciências Contábeis, qualidade no ensino, interação entre a teoria e a prática, capacitando os estudantes para o mercado de trabalho.

Segundo o PPC (UnirG, 2016, p. 76), a integração dos estudantes com o mercado de trabalho e estímulo ao estágio extracurricular, o curso conta com a Empresa Júnior, na qual “além de selecionar estagiário para atender a demanda do comércio local, ainda oferece através de seus consultores juniores (estudantes de administração e contabilidade) assessorias às micro e pequenas empresas, como também propiciam cursos de extensão à comunidade acadêmica e empresarial”.

O curso conta com atividades complementares, num total de 210 horas, a serem desenvolvidas ao longo de todo o curso, as quais contemplam:

estudos e práticas independentes, **para efeito de integralização da carga horária total prevista para o curso de Ciências Contábeis**, tais como: programas especiais de capacitação do estudante, atividades de monitorias e estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, atividades de extensão, atividades de pesquisa, estudos complementares, participação em eventos e cursos na área contábil e outras atividades realizadas em áreas afins, quando devidamente certificados pelos órgãos e/ou instituições promotora (PPC, 2016, p. 101).

Deste modo, verifica-se que o curso de graduação da UnirG contempla o disposto na Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis, todavia, reserva para o final do curso, a integração das atividades teórico práticas e trata as atividades complementares também como mecanismo para esta integração, e neste ponto, soa meio confuso se o curso vê esta atividade como prática ou apenas como complemento na formação do estudante.

Vê-se uma contraposição entre teoria e prática neste curso haja vista os espaços desiguais na estrutura curricular, pois a prática se realiza em apenas dois períodos, com duas únicas disciplinas, ao passo que o restante do curso é composto de atividades nominadas teóricas.

4.3.2 Administração

É a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado. Chama a atenção o fato

de que esta resolução prevê no art. 2º, § p. IV, a obrigatoriedade de a universidade estipular em seus PPCs “formas de realização da interdisciplinaridade bem como os modos de integração entre teoria e prática”.

O estágio supervisionado está regulado no art. Art. 7º, que diz:

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Estudantes, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo estudante, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Administração o Estágio Supervisionado de que trata este artigo deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Estudante, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente. (BRASIL, 2005,p. 3).

Para o curso de Administração também existe a ressalva de que não se deve confundir atividades complementares com estágio supervisionado, e estas atividades devem ser interdisciplinares, veja:

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do estudante, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado. (BRASIL, 2005,p. 3).

Este curso foi criado na UnirG por meio do Decreto Ministerial s/nº de 04/08/1994 e Parecer CEE/TO nº 095 de 24/10/1991 (UnirG, 2018, p. 16) e o primeiro vestibular ocorreu em 1992. A UnirG cuida da formação do bacharel em administração formado através de círculos de aprendizagem, os quais são definidos como:

- a) Formação Inicial: Privilegia o desenvolvimento das capacidades crítica, analítica e de comunicação e relacionamento;
- b) Formação Técnico-Profissional: *Enfatiza a formação técnico-profissional, prepara o estudante para a prática da administração em todos os níveis da organização, estimulando o desenvolvimento da sua capacidade em buscar novos conhecimentos, e de integrá-los para a resolução de problemas;*
- c) Formação para o Mercado do

Trabalho: Preparação do estudante para o mundo do trabalho, com ênfase à conscientização de seu papel como administrador e cidadão.

Para este objeto de estudo, destaca-se o ciclo de formação teórico-profissional, bem como a visão de preparação do estudante para o seu papel de cidadão. Outro fato relevante para o estudo em questão é a forma como o curso realiza interdisciplinaridade, o qual prevê o desenvolvimento de atividades em conjunto entre os professores de disciplinas diferentes, porém em um mesmo período.

Os seguintes componentes curriculares têm explicitamente um caráter interdisciplinar: Empreendedorismo, Administração de Projetos e Estágio Supervisionado I - disciplinas em que os estudantes desenvolvem projetos de aplicação nos diversos campos da administração, colocando em situações orientadas para a prática, os conhecimentos adquiridos em diferentes disciplinas. O reforço à integração interdisciplinar ocorre também por meio de reuniões entre professores do mesmo período, onde se discutem aspectos didático pedagógicos que incluem, dentre outros, a integração entre as disciplinas e a sinergia derivada desta integração (UnirG, 2018, p. 20).

O curso conta com 08 períodos para integralização de sua carga horária total de 3.060 horas, e carga horária prática de 180 horas é executado no sexto e sétimos períodos, na Empresa Júnior UnirG A/C, criada em 10/11/1998, como associação civil sem fins lucrativos (PPC, 2018, p. 25), sob a orientação de professores do Curso de Administração, onde o estudante vivencia atividades tais como “seleção de estagiários, consultorias e assessorias às micro e pequenas empresas, promoção de cursos de extensão com certificação, entre outras de grande relevância, para atendimento das demandas do mercado local” (PPC, 2018, p. 45). Durante este período, o estudante elabora um Diagnóstico Organizacional em uma empresa da região, mediante assinatura de convênio entre o estudante, a empresa concedente e o Universidade de Gurupi - UnirG. A distribuição da carga horária do curso, feita na matriz curricular, compreende 960 horas/aula de formação básica, 1.740 horas/aula de formação profissional, 240 horas/aula de estudos quantitativos. Portanto, a carga horária teoria é de 2.760 horas/aula, carga horária prática 180 horas/aula, 120 horas de atividades complementares, num total de 196 créditos distribuídos em 47 disciplinas.

Assim como no curso de Ciências Contábeis, o curso de Administração da IES também prevê o estágio curricular para o final do curso, como atividade para integração das atividades teórico-práticas e trata as atividades complementares como mecanismo para tal.

4.3.3 Curso de Direito

As DCN do Curso de Graduação em Direito, feitas pelo Conselho Nacional de Educação, são instituídas através da Resolução CNE/CES N° 9, de 29 de setembro de 2004. Esta Resolução segue a mesma lógica das demais vistas até aqui, e prevê, em seu art. 2º, IV, “formas de realização da interdisciplinaridade e no inciso V modos de integração entre teoria e prática” (BRASIL, 2004, p.1).

O artigo 3º deste documento salienta a necessidade de desenvolvimento de um perfil do graduando com sólida formação humanística, desenvolvimento de “uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania” (BRASIL, 2004, p. 02).

Sobre o estágio, o art. 7º diz:

Art. 7º O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O Estágio de que trata este artigo será realizado na própria instituição, através do Núcleo de Prática Jurídica, que deverá estar estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho competente, podendo, em parte, contemplar convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio das IES, para a avaliação pertinente.

§ 2º As atividades de Estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo estudante, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica. (BRASIL, 2004, p. 2-3).

A Resolução em questão cuida do estágio conferindo autonomia às instituições de ensino para estabelecerem a estrutura e operacionalização, limitando-se a traçar rumos para a efetividade deste. A prática de ensino deve permear todos os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, não se limitando apenas ao estágio e às atividades complementares.

O curso de Direito da UnirG foi o primeiro curso de graduação autorizado na antiga Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi – FAFICH, criado inicialmente com 50 vagas anuais, somente no turno noturno, pela Portaria n. 150, do

Conselho Federal de Educação, em 31 de maio de 1985, Resolução n.º 150, sendo reconhecido em 31 de julho de 1991, pela Portaria Ministerial n.º 1317. Atualmente são ofertadas 120 vagas semestrais, turnos matutino e noturno cuja integralização será efetivada com 4.080 horas/aula, distribuídas em cinco anos (PPC, 2016, p. 22), portanto, mais que as 3.600 horas que o prevista na Resolução n. 02, do Ministério da Educação, de 18 de junho de 2007 (BRASIL, 2007, p. 02), seguindo a proposta da diretriz, o estágio e atividades complementares da UnirG deveriam totalizar, no máximo 816 horas (Resolução n. 02, 2007, p. 01).

A Resolução n. 02 do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação editada através da Câmara de Educação Superior:, determina:

Art. 1º Ficam instituídas, na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007, as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, constantes do quadro anexo à presente. Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário (BRASIL, 2007, p. 01)

As horas aulas do curso são assim distribuídas: eixo fundamental, 810 horas/aula; eixo profissionalizante: 2.670 horas/aulas, estágio 360 horas/aula, e atividades complementares e interdisciplinares 240 horas/aulas.

Assim, ao somar as horas de estágio e atividades complementares, identificamos um total de 600 horas, contemplando assim o que diz a Resolução. O PPC cumpre a realização de atividades interdisciplinares, porém de maneira não muito clara, pois não diz onde estas ocorrem.

c) Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: a extensão propicia a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar e transdisciplinar, possibilitando trocas entre áreas distintas do conhecimento, interação de conceitos e modelos complementares, além de integração e convergência de instrumentos e técnicas para uma consistência teórica e operacional que estrutura o trabalho coletivo e contribui para uma nova forma de fazer ciência, revertendo à histórica tendência e compartilhar o conhecimento (UnirG, 2016, p.42).

Ainda sobre a prática da transdisciplinaridade:

O desenvolvimento de atividades e projetos de cunho interdisciplinar favorece a formação de profissionais pluralistas e, ao mesmo tempo, com domínio adequado do saber técnico em sua área de atuação. Este é um caminho viável para a superação da fragmentação, contribuindo para a construção de um perfil de egresso que tenha domínio sobre seu campo de conhecimento e que seja capaz de dialogar com todos os saberes, num processo permanente de auto-formação. É fundamental que a execução do currículo pleno do curso supere o fechamento da grade disciplinar e parta para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares

consistentes e que integrem também os Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão (UnirG, 2016, p 45).

O estágio do curso é previsto para os quatro últimos semestres, no qual o estudante se matricula nas disciplinas de prática forense I, II, III e IV. A disciplina é constituída de aulas teóricas e práticas (75%) e estudos independentes (25%), correspondendo a 24 (vinte e quatro) créditos, que totalizam 360 (trezentos e sessenta) horas/aulas (PPC, 2016, p. 57). Para o curso, os estudos independentes é uma maneira de flexibilizar o ensino, objetivando qualidade, e consistem “em atividades desenvolvidas fora do Núcleo de Prática Jurídica, sob a orientação do professor supervisor, a saber: visitas técnicas aos órgãos do poder judiciário, delegacias de polícia, conselho tutelar, e órgãos relacionados à administração da justiça, elaboração de artigos científicos, petições simuladas, entre outras” (UnirG, 2016, p. 57).

4.3.4 Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo

As diretrizes curriculares Nacionais para o curso de comunicação social, publicada em 13 de março de 2002, estão estabelecidas na Resolução CNE/CES n.16. Segundo este documento, os PPCs dos cursos é que deverão definir as características dos estágios (BRASIL, 2002). Em razão disso, passa-se diretamente para análise do referido documento.

Este curso foi criado na UnirG, por meio do Decreto nº 1.332, de 17 de outubro de 2001 (UnirG, 2017, p. 16), e atualmente conta com 2.700 horas/aula, nestas já incluídas estágios e atividades complementares. O tempo mínimo para integralização é de 3,5 anos, e o máximo 6,0 anos, com 50 vagas no período noturno.

Segundo a divisão da matriz curricular, a disciplina de estágio supervisionado está reservada para o último período do curso, onde o estudante deverá cumprir 240 horas de estágio supervisionado, em empresas previamente conveniadas, sob os cuidados de um professor orientador (UnirG, 2017, p. 21).

Por muitos anos o Curso contou com a Ajope (Agência Experimental de Jornalismo e Publicidade), que atuou fortemente no apoio aos produtos jornalísticos desenvolvidos dentro das disciplinas e também na criação de peças e campanhas publicitárias para o curso de Comunicação Social, para as coordenações de curso e outros departamentos da IES (ANEXO 20) (UnirG, 2017, p. 47). O curso dispõe também de Laboratório de Vídeo e Radio, os quais são compostos por um estúdio de TV, duas ilhas de

edição não lineares, camarim e almoxarifado e ainda sala de aula climatizada e ambientada com caixas de som; cabine de gravação com isolamento acústico e microfone *Behringer* 49 de ampla captação; cabine com mesa de som *YAMAHA* de 12 canais, 01 computador equipado com placa de áudio profissional e *softwares* como *Sound Forge* e *Vegas*, monitores de referência Yamaha (UnirG, 2017, p. 47).

Nestes laboratórios existem meios para produção e edição de vídeos, telejornais, materiais publicitários e outros recursos audiovisuais, os quais servem como suporte às disciplinas específicas, para os projetos do Curso e também para outras instâncias da IES, sendo o principal mecanismo de integração com os demais cursos da instituição.

Visto as diretrizes curriculares e os projetos pedagógicos da área de Ciências Sociais Aplicadas, no aspecto da legislação, estágio supervisionado, fez-se ainda um estudo dentro dos documentos dos cursos, com vistas a identificar os cursos, qual legislação o regulamenta, categorias temáticas, aqui entendidas como a perspectiva da interdisciplinaridade dentro do PPC, e observações gerais, as quais retratam as impressões, destaques de frases dentro destes documentos. Para melhor compreensão, a apresentação dos quadros, segue o mesmo caminho de divisão por área de conhecimento da IES.

Quadro 8- Curso de Ciências Contábeis e Administração

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS
Ciências Contábeis	Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004	Estágio Curricular I: estimular o empreendedorismo, por meio de atividades práticas, coordenada pelos professores orientadores
		Estágio curricular II: colocar o acadêmico em contato com as vivências práticas da profissão.
Administração	Decretos de nº 5.626 /2005 e 5.296/2004	EMPRESA JUNIOR 1. Intercâmbio entre Organizações e o Centro Universitário UnirG; 2. Oportunidade de vivenciar situações práticas sob forma de treinamento e estágios nas diversas áreas do conhecimento oferecidas pelo Centro Universitário UnirG; 3. Participação dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão, direcionadas a projetos sociais.

Fonte: A autora, (2018).

Quadro 9- Curso de Direito

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBSERVAÇÃO
Direito	Resolução n.º 9 do Conselho Nacional de Educação	1. Núcleo de Prática Jurídica, prestando atendimento também em asilos, às populações indígenas e quilombolas, creches e assentamentos rurais; 2. Promoção da organicidade às políticas educacionais do curso; 3. Preocupação com a ética e a diversidade na educação, com a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a diversidade cultural e social nas zonas de inserção da UnirG; 4. Complementação pelo apoio psicológico disponibilizado pelo curso de Psicologia do Centro Universitário UnirG	Todos os Estagiários devem se inscrever como tal, junto a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Tocantins, por força da Lei n.º 8.906, de 04 de julho de 1994, Regulamento Geral e Regimento Interno do EMD estando comprometidos nos termos legais, exceto aqueles mencionados no parágrafo 3º do art. 9º do Estatuto da OAB

Fonte: A autora, (2018).

Quadro 10 - Curso de Comunicação Social: habilitação em Jornalismo

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBSERVAÇÃO
Comunicação Social Habilitação em Jornalismo	Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 Parecer CNE/CES 492/2001 (perfil do egresso)	1. Compromisso com a formação pedagógica, científica e técnica que vislumbrará as relações pessoais e interpessoais no contexto profissional.	Sem menção expressa à interdisciplinaridade propriamente dita.

Fonte: A autora, (2018)

4.4 Área das Ciências da Saúde

Na mesma diretriz das demais áreas, a UnirG insere neste campo os seguintes cursos: Educação Física, Medicina, Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Fisioterapia, os quais serão apresentados abaixo.

4.4.1 Curso de Educação Física

Este curso está disciplinado pela Resolução nº 7, de 31/03/2004. Logo no art. 4º (BRASIL, 2004, p.1) do mencionado regulamento, encontra-se a obrigatoriedade deste curso em apresentar “uma formação profissional generalista, humanista e crítica, qualificadora da

intervenção estudante-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética”.

Segundo o parágrafo único deste mesmo artigo (BRASIL, 2004, p.1), o profissional da Educação Física deverá também ser capaz de analisar criticamente a realidade social, atuar como mola propulsora da formação, ampliação e do enriquecimento cultural das pessoas, com vistas a adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

Dentre outros, são princípios dos PPCs, segundo esta DCN (BRASIL,2004, p.02) uma abordagem interdisciplinar do conhecimento e indissociabilidade teoria-prática. No art. 10, tem-se:

A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares.
 § 1º A prática como componente curricular deverá ser contemplada no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes contextos de aplicação estudante-profissional, desde o início do curso.
 § 2º O estágio profissional curricular representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício estudante-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso. (BRASIL, 2004, p. 04)

Logo no caput vê-se a opção do legislador pela junção das atividades práticas e teóricas das disciplinas, como atividade prática de ensino, e estágio supervisionado e atividades complementares como integrantes desta formação. O estágio curricular é visto como momento de vivência e consolidação do aprendizado, nas diversas áreas de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado, logo a partir da segunda metade do curso.

Na UnirG, o curso bacharelado de Educação Física, iniciou suas atividades em 2010, conta com 08 semestres letivos, com a seguinte divisão de carga horária: disciplinas teóricas: 2.025 h; prática: 990hs; atividades complementares 200hs; estágio supervisionado: 405hs; disciplinas eletivas: 60hs (UnirG, 2015, p. 25).

O curso se apresenta alinhado com as DCNs ao prevê para seu bacharel (UnirG, 2015, p. 28), um perfil profissional reflexivo humanista, apto a fazer intervenções com habilidades técnicas, articulado cientificamente com os conhecimentos adquiridos e aliados à perspectiva filosófica e atue com conduta eticamente responsável.

O estágio inicia-se no sexto período, com a disciplina estágio e prática de ensino dos esportes, 105 horas (UnirG, 2015, p. 70), seguindo-se no sétimo período disciplina estágio e prática de ensino no lazer (UnirG, 2015, p. 75), e finaliza no último período do curso com estágio e prática de ensino no exercício físico. O projeto (2015, p. 84) estabelece mecanismos para articulação entre teoria/prática, a qual é orientada para acontecer através da aplicação de

metodologias de ensino no interior das disciplinas. A teoria e a prática são dinâmicas de modo a fazer com que a teoria se fundamente na prática e a prática seja redefinida pela teoria.

Referido curso apresenta o estágio como componente curricular obrigatório (UnirG, 2015, p. 104) e destaca como principal característica ser supervisionado, ou seja, acompanhado “in locus”, de maneira que professor e estudante estejam próximos, e estudantes disponham de subsídios diante de situações inusitadas.

O aspecto da interdisciplinaridade, o curso propõe para integração entre ensino, pesquisa e extensão (UnirG, 2015, p. 89) com adoção de práticas de estudos de casos de diálogo entre diferentes disciplinas, ressaltando princípios e estratégias deste campo. Pressupõe ainda incentivar a pesquisa interdisciplinar, entre diferentes áreas de conhecimento no próprio curso e na instituição.

4.4.2 Curso de Medicina

O Ministério da Educação, via do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, editou a Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014 a qual instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Seguindo as diretrizes anteriores, esta também pressupõe que o graduado em Medicina, art. 3º (2014, p. 01) tenha formação geral, humanista, crítica, reflexiva e ética, apto a atuar com responsabilidade social e compromisso para com a defesa da cidadania, da dignidade humana e outras.

Na temática de educação em saúde, prevê esta diretriz que o graduando, autor de seu conhecimento, objetivará, dentre outras coisas, III (BRASIL, 2014, p.3) “aprender interprofissionalmente, com base na reflexão sobre a própria prática e pela troca de saberes com profissionais da área da saúde e outras áreas do conhecimento, para a orientação da identificação e discussão dos problemas, estimulando o aprimoramento da colaboração e da qualidade da atenção à saúde”.

Os conteúdos fundamentais para o Curso de Graduação em Medicina, conforme disciplina o art. 23 da mencionada Resolução (BRASIL, 2014, p. 10), inciso VII traz a necessidade de abordagens de temas transversais no currículo que envolvam conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas acerca dos direitos humanos e de pessoas com deficiência, educação ambiental, ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais), educação das relações étnico-raciais e história da cultura afro-brasileira e indígena.

Sobre o estágio curricular obrigatório, art. 24 dispõe:

Art. 24. A formação em Medicina incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime de internato, sob supervisão, em serviços próprios, conveniados ou em regime de parcerias estabelecidas por meio de Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

§ 1º A preceptoría exercida por profissionais do serviço de saúde terá supervisão de docentes próprios da Instituição de Educação Superior (IES);

§ 2º A carga horária mínima do estágio curricular será de 35% (trinta e cinco por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Medicina.

§ 3º O mínimo de 30% (trinta por cento) da carga horária prevista para o internato médico da Graduação em Medicina será desenvolvido na Atenção Básica e em serviço de Urgência e Emergência do SUS, respeitando-se o mínimo de dois anos deste internato.

§ 4º Nas atividades do regime de internato previsto no parágrafo anterior e dedicadas à Atenção Básica e em Serviços de Urgência e Emergência do SUS, deve predominar carga horária dedicada aos serviços de Atenção Básica sobre o que é ofertado nos serviços de Urgência e Emergência.

§ 5º As atividades do regime de internato voltadas para a Atenção Básica devem ser coordenadas e voltadas para a área da Medicina Geral de Família e Comunidade.

§ 6º Os 70% (setenta por cento) da carga horária restante do internato incluirão, necessariamente, aspectos essenciais das áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia Obstetrícia, Pediatria, Saúde Coletiva e Saúde Mental, em atividades iminentemente práticas e com carga horária teórica que não seja superior a 20% (vinte por cento) do total por estágio, em cada uma destas áreas. (BRASIL, 2014, p. 11)

O estágio do curso de medicina também deverá ser supervisionado por docentes da instituição de ensino, sob a modalidade de preceptoría, exercida por profissionais de saúde, com duração mínima de dois anos. A resolução estabelece a possibilidade horas de ensino teóricas durante o estágio, desde que esta não ultrapasse a 20% do total do estágio. Há uma clara divisão entre atividades práticas e aulas teóricas no estágio da medicina.

As atividades complementares do curso de medicina poderão se dar mediante estudos e práticas independentes, presenciais ou a distância, como monitorias, estágios (BRASIL, 2014, p. 12).

É dever da estrutura curricular desta graduação, conforme art. Art. 29 (2014, p. 12), dentre outras, a inclusão de dimensões ética e humanística, com vistas a promover um estudante com atitudes e valores focados na cidadania ativa e multicultural e para os direitos humanos bem como a promoção da integração e a interdisciplinaridade entre o eixo de desenvolvimento curricular e as dimensões biológicas, psicológicas, étnicoraciais, socioeconômicas, culturais, ambientais e educacionais. Cita ainda como obrigação oportunizar a aprendizagem, durante todo o curso de graduação, através da transversalidade das Ciências Humanas e Sociais na formação de profissional com perfil generalista.

Esta graduação na UnirG foi autorizada pelo Decreto Governamental nº 1.527 de 14 de junho de 2002, inicialmente com 50 vagas, ampliadas para 60 no ano de 2005 (PPC,

2016, p. 29) e carga horária de 7.515 horas-aula, distribuídas em 88 disciplinas, sendo 4.335 horas-aula sendo para disciplinas teóricas (57,68%) e 2.880 horas-aula para disciplinas de Estágio supervisionado em regime de Internato (38,33%) e 300 horas para Atividades Complementares (3,99%) (UnirG, 2014, p. 38), com tempo mínimo de 12 meses para integralização e máximo de 18 meses.

A instituição realiza parcerias com outras instituições para realização do Internato fora de sua sede, quais sejam: Santa Casa de Misericórdia de Limeira e o Hospital Santa Marcelina, ambos em São Paulo; Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (SESAU-TO), onde os estudantes realizam seu estágio em regime de internato nas cidades Gurupi e Palmas (UnirG, 2016, p. 29).

O curso de Medicina da UnirG, está dividido em doze períodos, e ao final, nos quatro últimos semestres são formados por estágio curricular obrigatório supervisionado, realizado em treinamento em serviço médico, em regime de internato, em hospitais gerais e especializados, ambulatoriais, rede básica de saúde e comunidade, vinculados à instituição ou conveniados, e sob supervisão direta dos docentes do curso. (UnirG, 2016, p. 35). Assim, verifica-se que o curso concebeu seu estágio como as atividades práticas de ensino, reservada apenas e tão somente para o final do curso.

Um ponto a se destacar no PPC é que foi estabelecida como estratégia de curto prazo do curso incorporar à avaliação do estágio curricular (internato) prova teórica com peso 03 (três), constituída de 40 (quarenta) questões contextualizadas em padrão Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) (UnirG, 2016, p. 50), o que sugere que o ensino continua voltado para atividades teóricas.

O perfil do egresso é assim delineado:

o egresso do Curso de Medicina tem como perfil uma formação generalista, humanista, crítica, reflexiva e ética, capacitado para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano e tendo como transversalidade em sua prática, sempre, a determinação social do processo de saúde e doença (UnirG, 2016, p. 67).

Portanto, a IES prevê a humanização do graduando, num perfil crítico, reflexivo e ético, compromissado com a defesa da cidadania e dignidade humana, e reconhecimento da transversalidade na sua prática de atuação. O internato almeja, dentre outras, o desenvolvimento das habilidades práticas em Interagir com outros profissionais da equipe de saúde (fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, psicólogos e outros) (PPC,

2016, p. 100), contudo, isto só ocorre efetivamente ao final, como dito acima e apenas com profissionais da área da saúde, restringindo a equipe interdisciplinar (UnirG, 2016, p. 67).

Quanto as atividades complementares do curso, para este trabalho, chama a atenção a possibilidade de se fazer o aproveitamento na forma de crédito ou agregação em horas-aulas atividades de monitorias e estágio (UnirG, 2016, p. 101). Igualmente neste instrumento há uma proposta para que a Pesquisa e a Extensão se desenvolvam através de diversos projetos que fazem interface com a comunidade e envolvem atividades multiprofissionais e interdisciplinares (UnirG, 2016, p. 48).

Encontra-se ainda no documento do curso anunciado como **“Princípio pedagógico da interdisciplinaridade e contextualização dos conteúdos curriculares:”** a perspectiva de ocorrência de interação com outros cursos via de atividades assim expostas:

Partindo do pressuposto que o estudante toma consciência da realidade quando ele percorre os diferentes campos do saber, diversidade de cenários de ensino-aprendizagem e vivência na prática situações inerentes a sua formação profissional, o curso de medicina tem na sua estrutura e conteúdos articulações entre a teoria e prática, com vivências em ambulatórios, estágios com práticas em diferentes áreas, estudos independentes a exemplo das ligas acadêmicas e estímulo ao desenvolvimento do conhecimento levando em conta a abordagem científica sobre as várias áreas e assuntos da medicina (UnirG, 2016, p. 96).

Ou seja, a interdisciplinaridade para o curso ocorre dentro de ambulatórios, estágios em diferentes áreas, estudos independentes, ou assuntos relacionados à medicina.

4.4.3 Curso de Enfermagem

Segue as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, instituídas através da Resolução CNE/CSE nº 3, de 7 de novembro de 2001. Este documento preceitua (BRASIL, 2001, p. 02) que a formação do enfermeiro objetiva dotar o profissional dos conhecimentos que promovam algumas competências e habilidades específicas, dentre elas estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões e identificar a saúde como direito e condições dignas de vida sendo o enfermeiro um agente garantidor da integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

O profissional deverá também integrar as ações de enfermagem às ações multiprofissionais, conforme expõe o art. 5º, XXII (BRASIL, 2001, p.3). Os conteúdos do curso, conforme art. 6º, II (BRASIL, 2001, p.4) deverão contemplar inclusive aspectos das

áreas de Ciências Humanas e Sociais, nos quais se inserem conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença.

Esta diretriz, no artigo 7º, concebe a existência de disciplinas de conteúdos práticos e teóricos, e estágio supervisionado como instrumentos necessários para a formação do profissional do Curso de graduação em Enfermagem (BRASIL, 2001, p.4). No parágrafo único do mencionado artigo encontra-se estabelecido que para as atividades do estágio curricular supervisionado pelo docente, deverá se assegurar participação dos enfermeiros do serviço de saúde, com carga horária curricular equivalente a 20% da carga horária total do Curso de Graduação em Enfermagem proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001, p.4).

A estrutura curricular deverá assegurar (BRASIL, 2001, p. 5), além de um ensino crítico, reflexivo e criativo, a interdisciplinaridade como forma de articulação das atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Enfermeiro, além de uma visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no estudante e no enfermeiro atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade.

A UnirG criou este curso em 2002, inicialmente com 50 vagas, por meio do Decreto Governamental nº 1.526, de 14/06/2002, (UnirG, 2016, p.26), ampliadas para 60 no ano de 2005. A partir do ano de 2017, o curso passou a ser ofertado no turno noturno, atendendo a uma demanda mercadológica. A carga horária total do curso é de 4.115 horas, com tempo mínimo de integralização de 10 semestres e máximo de 15 semestres. O perfil do egresso proposto pelo curso atende a DCN acima, pois:

O Enfermeiro egresso da UnirG forma-se como bacharel em Enfermagem, com formação generalista, humanista, crítico e reflexivo, capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença, prevalentes no perfil epidemiológico regional e nacional, identificando as dimensões biopsicosociais dos seus determinantes (UnirG, 2016, p. 31).

Neste curso o estágio se inicia no quarto período, e segue até o final. Destaque-se que ao longo do curso, desde o primeiro período, existem disciplinas com carga horária dividida entre práticas e teóricas (UnirG,2016, p. 45-48). Deste modo, tem-se a seguinte distribuição: carga horária das disciplinas básicas: 2.895 horas/aulas; carga horária prática: 1.020 horas/aulas; atividades complementares: 200 horas/aulas. O PPC de 2018 (UNIRG,

2018, p. 3) reestruturou essa divisão de modo que tem-se: 3.030 horas/aulas de disciplinas básicas, 810 horas/aulas de estágio e 200 horas/aulas de atividades complementares.

Quase um terço do curso é realizado em estágio supervisionado. O PPC em estudo (UnirG, 2016, p. 143) apresenta o projeto de criação da clínica de enfermagem com objetivo de prestar assistência integral ao Indivíduo/Família comunidade para cuidar tanto da saúde quanto dos aspectos do processo de ensino e da aprendizagem, concebida como um instrumento de integração, em termos de treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e relacionamento humano. Existe ainda uma previsão de um serviço de triagem multidisciplinar Serviço (UnirG, 2016, p. 145).

O curso concebe o estágio supervisionado como (PPC, 2016) um trabalho prático, cujas “atividades são exercidas mediante fundamentação teórico-prática, prévia ou eventualmente, simultaneamente adquiridas, acompanhadas pelo coordenador de estágios, pelo professor-orientador e pelo enfermeiro supervisor nas unidades concedentes” (UnirG, 2016, p. 147).

Dentre os objetivos do estágio supervisionado, para este trabalho, interessam os seguintes:

- VIII. Favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades, como cidadão e profissional consciente; possibilitar a atuação profissional do estudante e a reflexão sobre a mesma, permitindo-lhe construir e repensar sua práxis numa experiência significativa;
- IX. Buscar a integração da UnirG junto às organizações profissionais, sociais e culturais ligadas à área de formação do corpo estudante.
- X. Ampliar os conhecimentos de saúde que envolvem o posicionamento profissional ético multidisciplinar, conhecimentos técnico-científicos e sociais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes ao profissional Enfermeiro;
- XI. Interagir de forma crítica e científica no processo político social, por meio de assistência, assessoria técnica e operacional às entidades governamentais e não governamentais, com perspectivas de ser um agente transformador da realidade social; (UnirG, 2016, p. 149).

O curso pretende, para além da formação profissional do estudante, que este seja crítico, reflexivo, integrado com os demais profissionais, com conhecimentos amplos, integrado no processo político e social, atuante na modificação da realidade social, ou seja, efetiva e conscientemente um agente de mudanças.

4.4.4 Curso de Farmácia

Este curso tem suas diretrizes traçadas na Resolução n. 6, de 19 de outubro de 2017, contudo, em razão da recente data e prazo de dois anos para adequação dos cursos existentes (BRASIL, 2017, p. 10), o PPC do curso de Farmácia da UnirG,

elaborado em 2015, seguiu a Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, publicadas no Diário Oficial da União, em 4 de março de 2002. Deste modo, para fins deste trabalho, e ante a necessidade de modificação dentro em breve do PPC local, apresentam-se as duas DCNs apenas no que forem contraditórias. Do contrário, o referencial adotado será da atual.

A DCN de 2017 (2017, p. 01) reproduziu o perfil previsto na DCN n. 02 (Brasil, p. 01) e previu para o bacharel em Farmácia uma formação humanista, crítica, reflexiva e generalista, pautada em referências nacionais e internacionais, e logo no inciso I do art. 4º (2017, p.4) previu integração dos conhecimentos teóricos e práticos de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

O art. 6º, parágrafo único, desta diretriz inova ao prever formação ampla, integrada com outras áreas do conhecimento, pois:

Parágrafo único. A formação em Farmácia requer conhecimentos e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, abrangendo, além de pesquisa, gestão e empreendedorismo, as seguintes ciências, de forma integrada e interdisciplinar: I - Ciências Humanas e sociais aplicadas, ética e bioética, integrando a compreensão dos determinantes sociais da saúde, que consideram os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero e de orientação sexual, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais, ambientais, do processo saúde-doença do indivíduo e da população (BRASIL, 2017, p. 5).

Esta diretriz adota uma concepção para atividades práticas diferentes de estágios curriculares obrigatórios em seu art. 7º (BRASIL, 2015, p.6). A referência para carga horária é de 4 mil horas, art. 7º, § 1º, (BRASIL, 2017, p. 6) das quais 20% corresponderá a estágio curricular supervisionado:

§ 3º Os estágios curriculares devem corresponder, no mínimo, a 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Farmácia, e serem desenvolvidos conforme os percentuais estabelecidos abaixo, em cenários de prática relacionados a:

- I - fármacos, cosméticos, medicamentos e assistência farmacêutica: 60% (sessenta por cento);
- II - análises clínicas, genéticas e toxicológicas e alimento: 30% (trinta por cento);
- III - especificidades institucionais e regionais: 10% (dez por cento) (BRASIL, 2017, p. 6).

Consta ainda nesta diretriz que o professor deverá adotar em suas práticas a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo dever da graduação “comprometer o estudante com o desenvolvimento científico e busca do avanço técnico, associado ao bem-estar, à qualidade de vida e ao respeito aos direitos humanos” (BRASIL, 2017, p. 7-8).

Este curso na UnirG foi autorizado inicialmente pelo Decreto nº 2.882, de 06 de novembro de 2006, publicado no D.O.U. nº 2.281 de 07 de novembro de 2006 (UnirG, 2015, p.25), em período integral. Com carga horária atual de 4.015h, das quais 20% é estágio, atuando somente no turno noturno, o curso oferece 100 vagas anuais (UnirG, 2015, p.26).

O estágio supervisionado inicia-se a partir do sétimo período e vai até o final do curso, está mostrado na Figura 2 (UnirG, 2017, p. 35).

Figura 2- Apresentação do estágio curricular do curso de Farmácia

DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
ESTÁGIO CURRICULAR	
Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado do Curso de Farmácia Generalista será
Profissionalizante I	desenvolvido em Farmácia Hospitalar sob supervisão do docente, onde o acadêmico irá adquirir conhecimentos e habilidades relacionados a atividades desenvolvidas no âmbito hospitalar.
Estágio Supervisionado Profissionalizante II	Estágio Supervisionado do Curso de Farmácia será desenvolvido em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e estabelecimentos privados (Drogarias Privadas), sob supervisão do docente, onde o acadêmico irá adquirir conhecimento e habilidades relacionados a dispensação farmacêutica, atenção farmacêutica e atividades regulamentadas para o profissional farmacêutico.
Estágio Supervisionado Profissionalizante III	Estágio Supervisionado do Curso de Farmácia será realizado em Farmácia Magistral sob supervisão do docente, onde o acadêmico irá adquirir conhecimento e habilidades relacionados a Boas Práticas Manipulação, controle de qualidade e atividades regulamentadas para o profissional farmacêutico.
Estágio Supervisionado Profissionalizante IV	Estágio Supervisionado do Curso de Farmácia será realizado desenvolvido em Indústria Farmacêutica, sob supervisão do docente legalmente constituídos em atividades regulamentadas para o profissional farmacêutico.
Estágio Supervisionado Profissionalizante V	Estágio Supervisionado do Curso de Farmácia será realizado desenvolvido em estabelecimentos públicos (Laboratório de Análises Clínicas/Ambulatório da UnirG), sob supervisão do docente, legalmente constituído em atividades regulamentadas para o profissional farmacêutico.

Fonte: UnirG, (2015, p. 37-38)

O curso concebe o estágio supervisionado como antecipação da atuação do futuro profissional, sendo esta uma maneira de inserir o estudante nos contextos institucionais e sociais. Assim:

As atividades de Estágio visam o desenvolvimento de práticas em campos de atuação do farmacêutico (a), com inserção do estudante em diferentes contextos institucionais e sociais. Para que isso seja uma antecipação do futuro ingresso no mercado de trabalho, o estágio será orientado por objetivos de formação do futuro profissional; é supervisionado criticamente e o docente supervisor interage efetivamente com os aportes recebidos pelos estudantes nas circunstâncias do Estágio (BRASIL, 2015, p. 37) .

Sobre as atividades complementares, 240 horas, o curso previu:

São consideradas atividades complementares aquelas realizadas pelos estudantes a partir do ingresso no curso até a sua conclusão, as quais não podem ser remuneradas. Tais atividades devem ser realizadas, preferencialmente, fora do horário de aula dos estudantes e, dependem, única e exclusivamente, do campo de interesses destes, não podendo ser caracterizada como uma disciplina formal do Curso de Farmácia Generalista e nem dos cursos de Graduação do Centro Universitário UnirG (UnirG, 2015, p. 37)

Segundo o PPC, (UnirG, 2015, p.80), o curso adota metodologias prioritárias da investigação e necessidades sociais, com uma matriz curricular interdisciplinar que possibilite o binômio teoria-prática comprometidos com currículo flexível, no qual ensino, pesquisa e extensão não se dissociem.

4.4.5 Curso de Odontologia

As DCN do Curso de Graduação em Odontologia encontram-se na Resolução CNE/CES 3, de 19 de fevereiro de 2002. Dentre outras missões, o curso de graduação pretende (BRASIL, 2002, p.2) formar profissionais com competências e habilidades bem específicas, das quais destacam-se para este trabalho atuação multiprofissional, interdisciplinar e transdisciplinar, com produtividade, e baseado na convicção científica, de cidadania e de ética, a qual foi abarcada pelo curso de Odontologia da UnirG (UnirG, 2014, p.25).

O estágio curricular está disciplinado no art. 7º:

Art. 7º A formação do Cirurgião Dentista deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente. Este estágio deverá ser desenvolvido de forma articulada e com complexidade crescente ao longo do processo de formação. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% da carga horária total do Curso de Graduação em Odontologia proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2002, p. 4).

Esta diretriz não menciona o quantitativo de carga horária mínima para a integralização do curso, limitando-se a disciplinar apenas o percentual do estágio.

O Curso de Bacharelado em Odontologia teve início no segundo semestre de 2001, e atualmente conta com carga horária total de 3.900 horas, e com duração mínima de 08 semestres (04 anos) e a duração máxima de 14 semestres (07 anos) (UnirG, 2014, p. 11). Este curso tem carga horária teórica de 2.160 horas/aulas, 1.740 horas/aula prática, e 135 horas/aulas de atividade complementares.

Para este curso, conforme seu regulamento de estágio, as atividades práticas são constituídas de “atividades de prática profissional exercidas em situações de trabalho” (UnirG, 2014, p. 98), iniciando-se a partir do 5º período (UnirG, 2014,p. 99).

Este curso não prevê atuação interdisciplinar com cursos de outras áreas mesmo afins, nem mesmo nas atividades complementares:

Art. 1º. Em atenção aos princípios da flexibilização ou ampliação da formação universitária, o estudante deverá participar de Atividades Complementares, devendo estas estarem compreendidas como um tipo de modalidade de formação acadêmica (obrigatória), configurada por conteúdos diversificados que envolva a área da saúde, como também na participação e execução de projetos alternativos e/ou atividades não presenciais, na área do curso de graduação em Odontologia, dentro ou fora do Centro Universitário, totalizando 135 horas atividades (UnirG, 2014, p. 14).

4.4.6 Curso de Fisioterapia

Este curso é balizado pela Resolução CNE/CES 4, de 19 de fevereiro de 2002, a qual institui DCN do Curso de Graduação em Fisioterapia. Esta CDN prevê que a carga horária mínima do estágio equivalha a 20% da carga horária total (art. 7º), sem mencionar o momento em que deva acontecer ao longo do curso, veja:

Art. 7º A formação do Fisioterapeuta deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% da carga horária total do Curso de Graduação em Fisioterapia proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Parágrafo único. A carga horária do estágio curricular supervisionado deverá assegurar a prática de intervenções preventiva e curativa nos diferentes níveis de atuação: ambulatorial, hospitalar, comunitário/unidades básicas de saúde etc (BRASIL, 2002, p. 4)

Fisioterapia foi criado na UnirG, no ano de 2001, em período integral. Atualmente, ofertado no turno noturno, é composto por 10 períodos semestrais, distribuídos em 4 mil horas, e os dois últimos anos destinados ao estágio supervisionado, com 20,25% da carga horária do curso (810 horas), de acordo com a DCN, com as disciplinas de Clínicas Fisioterapêuticas Integradas I e II (UnirG, 2017, p. 15). O total da carga horária é assim distribuída: 2.325 horas/aula de disciplinas teóricas, 810 horas/aulas de estágio, e 160 horas/aulas de atividades complementares.

O estágio supervisionado acontece na Clínica Escola de Fisioterapia da Universidade de Gurupi - UnirG, inaugurada em agosto de 2005, e nesta são realizados atendimentos fisioterapêuticos gratuitos à população de Gurupi e região sul do Estado do Tocantins (UnirG, 2017, p.84). Ocorre ainda outros locais conveniados com a IES, tais como hospitais, Batalhão da Polícia Militar, APAE, e outros (UnirG, 2017, p. 60, 85-86).

Segundo o documento do curso, a integração com outros cursos acontece nos ambientes de estágio compartilhados (UnirG, 2017, p.29) e também no núcleo comum de disciplinas da área básica da saúde: Educação Física (bacharelado), Enfermagem, Farmácia,

Fisioterapia, Odontologia e Psicologia (bacharelado) do Centro Universitário UnirG (UnirG, 2017, p.32). Existem ainda disciplinas transversais com os cursos da área da educação, veja:

As disciplinas de Libras, Língua Portuguesa, Filosofia, Sociologia, Metodologia Científica, Língua Inglesa são comuns às Áreas da Saúde nas graduações de Educação Física (bacharelado), Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Odontologia e Psicologia (bacharelado) e na área da Educação nas graduações Educação Física (licenciatura), Letras, Pedagogia e Psicologia (licenciatura), portanto, transversais desde o segundo semestre de 2016, conforme tabela 9 abaixo. Esse formato transversal é importante por indicar as interrelações entre as diferentes áreas do conhecimento.(UnirG, 2017, p.35).

Impende salientar a previsão de que o egresso integre equipe multidisciplinar e interdisciplinar interagindo com os demais profissionais de saúde (UnirG, 2017, p.33).

Visto as diretrizes curriculares e os projetos políticos pedagógicos da área da Saúde, no aspecto da legislação, estágio supervisionado, fez-se ainda um estudo dentro dos documentos dos cursos, com vistas a identificar nestes, qual legislação o regulamenta, categorias temáticas, aqui entendidas como a perspectiva da interdisciplinaridade dentro do PPC, e observações gerais, as quais retratam as impressões, destaques de frases dentro destes documentos.

Para melhor compreensão, a apresentação dos quadros, segue o mesmo caminho de divisão por área de conhecimento da IES.

Quadro 11- Curso de Educação Física – Bacharelado

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS
Educação Física – Bacharelado	Resolução do CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004	1. Aperfeiçoamento, em termos formativos e informativos, para uma melhor atuação social e profissional; 2. profissionalização crítica e comprometida com os problemas inerentes ao campo de atuação profissional; 3. intercâmbio entre o campo de atuação a intervenção profissional e o Centro Universitário UnirG;

Fonte: A autora, (2018)

Quadro 12 - Curso de Medicina

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBS
Medicina	Resolução CNE/CES 3/2014	1. Relação médico-paciente; 2. Paciente como unidade física, psíquica e social; 3. Padrões éticos elevados em sua prática acadêmica (Profissional); 4. Interação com outros profissionais da equipe de saúde (fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, psicólogos e outros).	PPC Menciona 2880 horas Interdisciplinaridade com áreas afins.

Fonte: A autora, (2018).

Quadro 13- Curso de Enfermagem.

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBS
Enfermagem	Resolução CES/CNE Nº 3, de 07 de novembro de 2001 PPC não fala qual DCN trata dos objetivos do estágio e lei específica da atuação profissional.	1. Investigações para o intercâmbio e a produção do conhecimento; 2. Projetos interdisciplinares articulam entre ensino, pesquisa, além de interesse das relações intrainstitucionais e interinstitucionais; (...) 4. Interação, de forma crítica e científica, no processo político social, por meio de assistência, assessoria técnica e operacional às entidades governamentais e não governamentais, com perspectivas de ser um agente transformador da realidade social; 5. Projeto da Clínica de Enfermagem: Desenvolver habilidades teórico/prática de relacionamento interdisciplinar, multiprofissional, visando o aprimoramento do relacionamento humano entre estudantes, docentes e comunidade. Promover o relacionamento interdisciplinar, multiprofissional, visando ao aprimoramento do relacionamento humano entre estudantes, professores e a população atendida.	Interdisciplinaridade na Clínica de Enfermagem com estudantes, docentes e comunidade. Não visa outros cursos da IES.

Fonte: A autora, (2018)

Quadro 14- Curso de Farmácia

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBS
Farmácia	Resolução CNE/CES Nº 2, de 19 de Fevereiro de 2002 Resolução CNE/CES n. 04 de 06 de abril de 2009 Resolução Nº 133, de 09 de dezembro de 2011	1. Formação profissional através da integração entre os diversos saberes. Oferta de serviços necessários à melhoria da saúde da população, bem como prevenção de desenvolvimento de doenças, através de atividades de extensão, conforme demanda da comunidade; 3. Saúde como direito assegurado pela Constituição; 4. Valorização do ser humano, compreendendo e respeitando as suas particularidades (sociais, de gênero, culturais, religiosas e étnicas);	Ao entender a saúde dentro do contexto social integrado, deve-se buscar exercer a profissão de farmacêutico atuando multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente, focando a contribuição social do seu ofício;

Fonte: A autora, (2018).

Quadro 15- Curso de Odontologia

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBS
Odontologia	Resolução CNE/CES 3, de Fevereiro de 2002	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação de profissionais com princípios teóricos, científicos, práticos e éticos pautados na formação humanística, crítica e reflexiva; 2. Atuação em todos os níveis de atenção à saúde, naqueles referentes à saúde bucal da população e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do País. 3. Compreensão do ser humano de forma integral e humanitária, buscando a inclusão social, sem discriminação e garantindo-lhe os princípios de cidadania. 	Atuação multiprofissional, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com extrema produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de ética;

Fonte: A autora, (2018)

Quadro 16- Curso de Fisioterapia

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBS
Fisioterapia	Resolução CNE/CES nº 04, de 19 de Fevereiro de 2002	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de programas ou projetos que viabilizem a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/ extensão; 2. Vivências e experiências com ações pedagógicas concretas onde interaja teoria e prática; 	Estimular a pesquisa interdisciplinar, envolvendo esforços conjuntos entre diferentes áreas de conhecimento no próprio curso e na instituição; Incentivar a realização de atividades complementares tanto na área da Fisioterapia como em áreas correlatas; Fomentar a integração do curso na sociedade, através da realização de cursos, palestras e eventos

Fonte: A autora, (2018)

4.5 Área das Ciências Humanas

Seguindo o entendimento da Instituição sobre áreas em comum, passa-se agora a apresentar os cursos do campo das ciências humanas e sociais, nestes inseridos: Pedagogia, Psicologia, Educação Física - Licenciatura, Linguagem e Artes (Letras). Passemos aos cursos.

4.5.1 Curso de Letras Português/Inglês

Antes de adentrar neste curso, observa-se que o PDI usa a nomenclatura Linguagem e Artes (Letras) e o PPC simplifica Letras Português/Inglês. O curso de Letras - Português e Inglês, cujo PPC data de 2017, estão previstas 3.220 horas totais assim distribuídas: Disciplinas: 3020 horas, Estágios: 405 horas e Atividades complementares: 220 horas (UnirG, 2017, p.25).

Este curso segue a DCN instituída na Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002, as quais são complementadas pelos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso (BRASIL, 2002). Em todas estas legislações não há menção a estágio. Ao longo do PPC percebe-se a concomitância de duas matrizes curriculares, V e VI.

Conforme a matriz curricular, o estudante de Letras inicia o estágio do curso no quinto período, com uma disciplina, finalizando no oitavo período. Contudo, o curso não prevê, durante o estágio, integração deste estudante com os demais cursos da IES, em que pese a existência de disciplinas transversais já reconhecidas na instituição. A temática da interdisciplinaridade é prevista apenas entre as disciplinas deste campo do saber, conforme se vê na seguinte afirmação (UnirG,2017, p.18): “Capacidade de estabelecer relações com as disciplinas afins e suas perspectivas de investigação científica (interdisciplinaridade).” Constam ainda as seguintes afirmações:

Também, numa tentativa de se encontrar novos rumos para a prática de ensino e da aprendizagem das disciplinas do Curso, os professores têm discutido a realização das atividades didático-pedagógicas, por meio da interdisciplinaridade, cujos trabalhos são coordenados pelos próprios professores do Curso em encontros semanais realizados por intermédio do NDE, com leituras de referências teóricas de textos que abordem experiências interdisciplinares, com o propósito de proporcionar a interdisciplinaridade no curso. Pretende-se com essa prática, preparar professores e acadêmicos para a prática de tal atividade no processo como um todo. (UnirG, 2017, p.124).

A ementa da disciplina de Prática interdisciplinar também segue esta mesma diretriz.

4.5.2 Curso de Pedagogia

As DCN para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena é disciplinada pelo Ministério da Educação, através

da Resolução n. 01 de 2002. Prevê esta normativa a necessidade de se considerar, dentre outras, art. 6º, II, “as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar” (BRASIL, 2002, p.1).

Disciplina ainda esta diretriz, no “Art. 11. Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, na forma a seguir indicada: (...) III - eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade; VI - eixo articulador das dimensões teóricas e práticas” (BRASIL, 2002, p.4). Chama a atenção nesta diretriz que diferente das outras acima vistas, prevê um item específico para o aspecto prático do curso de formação. Vejamos o Art. 12:

Os cursos de formação de professores em nível superior terão a sua duração definida pelo Conselho Pleno, em parecer e resolução específica sobre sua carga horária. § 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso. § 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

§ 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática. (BRASIL, 2002, p.4).

Esta resolução, portanto, estabelece a necessidade de uma prática para além do estágio curricular, integrada com o restante do curso, com finalidade de promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar (Brasil, art. 13, CNE Res. N. 02). O estágio supervisionado, este sim, deverá ser realizado somente “a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio” (BRASIL, 2002, p.04).

Ao analisar as dimensões interdisciplinares, práticas e de estágio supervisionado para o curso de formação de docentes da educação básica, vê-se uma preocupação muito maior que nas demais diretrizes até então vistas, em se detalhar de maneira criteriosa o momento para realização destas atividades, a forma e necessidade que estas estejam integradas do início até o final do curso.

O curso de Pedagogia é um dos pioneiros da UnirG, cuja formação do profissional é determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Lei 9394, a Resolução CNE/CP 1 de 18/2/2002, a qual institui as DCN para a formação de professores da Educação Básica e o Parecer que trata das DCN para o Curso de Pedagogia de 2005 (CNE/CP no 5/2005) e o PNE. O Curso foi o primeiro da instituição, criado em 1985, por meio da Resolução – CEE-GO nº 150/85, aprovado em 24 de outubro.

Segundo seu PPC, a DCN de Pedagogia trabalha com a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais, além de outras funções não docentes desse profissional, possíveis segundo a demanda de mercado. O curso objetiva:

Formar profissionais para o exercício da docência na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, disciplinas pedagógicas de curso de formação de nível médio e educação especial bem como para as atividades de planejamento, gestão educacional e institucional, acompanhamento e a avaliação no âmbito de tarefas próprias do setor da educação, de projetos em espaços educativos e da produção e difusão do conhecimento científico – tecnológico do campo educacional nos diferentes contextos (UnirG, 2014).

Eis a divisão da carga horária do curso (PPC, 2014, p. 35):

Formação específica de 2.055 horas/aula; 930 horas/aula de formação básica e 230 horas/aula de formação livre, num total de 3.205 horas/aulas, das quais 100 são atividades complementares.

Como proposta do Estágio Curricular Supervisionado, o curso atende ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno (CNE/CP) nº 01 de 15/05/2006. Contempla três modalidades de prática pedagógica, como instrumento de integração e conhecimento do estudante com a realidade social, econômica e do trabalho de seu curso; instrumento de iniciação à pesquisa e ao ensino e instrumento de iniciação profissional. Essas modalidades permeiam todas as disciplinas do curso distribuídas em seis eixos. A duração do estágio é de 375 (Trezentos e setenta e cinco) horas, distribuídas em Estágio Supervisionado entre cinco períodos. Cada estágio possui 30 horas para aula na IES e mais 45 horas para a prática em campo, totalizando 75 horas em cada disciplina.

Destaque-se que no PPC, são instituídos princípios para nortear as disciplinas ao longo do curso de formação, veja:

O primeiro princípio é o *desenvolvimento de projetos interdisciplinares* de pesquisa e extensão. De acordo com as novas diretrizes curriculares, cada curso desenvolve-se, efetivamente, com a articulação de ensino, pesquisa e extensão de uma forma integrada e, dentro de suas possibilidades, com outros cursos. O segundo princípio consiste em *integrar a teoria e a prática*, permitindo uma participação ativa nos processos comunitários, tomando como referência a realidade da sociedade em constante mudança e significativos avanços tecnológicos (UnirG, 2014, p.102)

A proposta deste curso para o Estágio Curricular Supervisionado, é de duração de 375 horas, distribuída em cinco períodos, com 75hs, cada disciplina, estabelecida conforme o CNE/CP Nº 01 de 15/05/2006 a qual se organiza em três modalidades de prática pedagógica: é um instrumento de integração e conhecimento do estudante com a realidade social, econômica e do trabalho de seu curso; instrumento de iniciação à pesquisa e ao

ensino e instrumento de iniciação profissional (UnirG, 2014, p.104). As práticas serão registradas em produção de artigo científico.

4.5.3 Curso de Educação Física - licenciatura

A resolução nº 7, de 31 de março de 2004 institui as DCN para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Nela está previsto art. 7º, : § 3º A critério da Instituição de Ensino Superior, o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física poderá propor um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, utilizando até 20% da carga horária total, articulando as unidades de conhecimento e de experiências que o caracterizarão (BRASIL, 2004, p.3).

Eis a síntese da matriz curricular desta habilitação segundo o PPC (UnirG, 2017, p. 13): carga horária teórica de 1980 horas e 1.035 horas de atividades práticas, 200 horas de atividades complementares, Estágio Supervisionado: 420 horas, Disciplina Eletiva: 60 h (04 créditos), com carga horária total do Curso: 3.215. Dentre outros, considera como princípio “Abranger a perspectiva interdisciplinar e a integração de conhecimentos como elementos fundamentais para não pulverizar conteúdos entre as disciplinas evitando a fragmentação do currículo” (UnirG, 2017, p. 25). Na licenciatura, o estágio inicia no 3º período (UnirG, 2017, p. 29).

Em razão das similaridades das habilitações de licenciatura e bacharelado, e não haver distinções no aspecto do estágio e interdisciplinaridade, evita-se repetições neste momento.

4.5.4 Psicologia

Este curso na UnirG, conta com duas habilitações: psicólogo e licenciatura em Psicologia, divididos em dois PPCs. Para fins deste estudo, ambos os documentos serão analisados. As DCNs tratam de ambos em uma mesma Resolução n.5, de 15 de março de 2011. Logo no art. 3º deste documento, encontram-se princípios e compromissos dos cursos, e para este estudo, interessa o inciso V, pois evidencia as necessidades sociais e direitos humanos: “atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades” (BRASIL, 2011, p.01).

Para a formação do professor de Psicologia, evidencia-se o eixo estruturante (Brasil, 2011, p.6) da prática da disciplinaridade e interdisciplinaridade, pois auxilia o

estudante na percepção das interações com a área da Psicologia e outras áreas do saber, numa perspectiva de formação contínua. Esta DCN prevê um aumento de 800 horas para a formação do psicólogo professor, distribuídas da seguinte maneira: conteúdos específicos da área da Educação: 500 (quinhentas) horas; b) Estágio Curricular Supervisionado: 300 (trezentas) horas.

Os estágios destas áreas de formação são diferenciados, devendo o PPC determinar estas modalidades:

Art. 22. Os estágios supervisionados devem se estruturar em dois níveis – básico e específico – cada um com sua carga horária própria.

§ 1º O estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum.

2º Cada estágio supervisionado específico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências, habilidades e conhecimentos que definem cada ênfase proposta pelo projeto de curso.

§ 3º Os estágios básico e específico deverão perfazer, ao todo, pelo menos, 15% (quinze por cento) da carga horária total do curso. Art. 23. As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas de modo a permitir a avaliação, segundo parâmetros da instituição, do desenvolvimento das competências e habilidades previstas (BRASIL, 2011, p.7).

O curso de Psicologia foi criado na UnirG no ano de 2005, fevereiro, com carga horária de 3840 horas mais 160 horas de atividades complementares totalizando 4000 horas (PPC, 2015, p.15). O estágio possui 240 horas. Prevê este documento que para receber o título de licenciado em Psicologia os estudantes deverão cursar conforme 540 Horas de Disciplinas específicas de conteúdo da área da educação e 300 horas de estágio supervisionado em licenciatura, totalizando uma carga horária de 840 horas, exatamente como prevê a DCN.

O estágio supervisionado deste curso (UnirG, 2015, p.88-90) é organizado para acontecer em dois níveis, um básico, do 4º ao 7º período, e outro específico, o qual acontece concomitante com as disciplinas do núcleo específico das ênfases e suas atividades objetivam o desenvolvimento de práticas em campos de atuação do psicólogo, com inserção do estudante em diferentes contextos institucionais e sociais.

As políticas para estágio supervisionado e para interdisciplinaridade se fazem através do mesmo PPC, e no projeto complementar, como determina a diretriz, fundamenta-se da seguinte forma:

Figura 3- Disciplinas do curso de Psicologia - licenciatura

Períodos	Códigos	Disciplinas	Créditos	T	P	Carga Horária	Pré-Requisitos
PRIMEIRO PERÍODO							
1º		Introdução à Filosofia	04	04		60	-
		Português	04	04		60	-
		Introdução à Sociologia	04	04		60	
	Subtotal		12	12		120	
SEGUNDO PERÍODO							
2º		Psicologia da Aprendizagem	04	04		60	
	Subtotal		04	04		60	
QUINTO PERÍODO							
5º		Estágio Básico 2- Atuação do Psicólogo*	04		04	60	
	Subtotal		04		04	60	
SEXTO PERÍODO							
6º		Estágio Básico 3- Inter-Relação	04		04	60	
	Subtotal		04		04	60	
SÉTIMO PERÍODO							
7º		Políticas Públicas para Educação	04	04		60	
	Subtotal		04	04		60	
8º		Planejamento Educacional	04	04		60	
	Subtotal		04	04		60	
NONO PERÍODO							
9º		Optativa	04	04		60	
		Didática	04	04		60	
		Gestão Educacional	04	04		60	
		Estágio em Licenciatura I	06		06	90	
	Subtotal		18	12	06	270	
DÉCIMO PERÍODO							
10º		Libras	04	04		60	
		Estágio em Licenciatura II	06		06	90	
	Subtotal		10	04	06	150	
Carga Horária Total: 540 h/aula Disciplinas e 300h/aula: Estágios						840 Horas	

Fonte: UnirG, (2015, p.8)

Após analisar as diretrizes curriculares e os projetos políticos pedagógicos da área de Ciências sociais, no aspecto da legislação, estágio supervisionado, fez-se ainda um estudo dentro dos documentos dos cursos, com vistas a identificar nestes, qual legislação o regulamenta, categorias temáticas, aqui entendidas como a perspectiva da interdisciplinaridade dentro do PPC, e observações gerais, as quais retratam as impressões, destaques de frases dentro destes documentos. Para melhor compreensão, a apresentação dos quadros, segue o mesmo caminho de divisão por área de conhecimento da IES.

Quadro 17- Curso de Letras

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBS
Letras	Resolução CNE/CP 1, de 18 de Fevereiro de 2002 e Resolução CNE/CP 2, de 19 de Fevereiro de 2002	1. Exercício pleno da cidadania, em busca de uma sociedade mais justa; 2. Exercício pleno e com competência das atribuições que lhe forem legalmente conferidas; 3. Vivência de situações reais, concretas, buscando experimentar reflexão/ação/reflexão, contemplando as competências técnica, humana, política e ética nas ações.	Interdisciplinaridade com as disciplinas transversais previstas na matriz curricular

Fonte: A autora, (2018).

Quadro 189- Curso de Pedagogia

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBS
Pedagogia	Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de maio de 2006, LDB Lei 9394, CNE/CP no 5/2005	Três modalidades de prática pedagógica: 1. instrumento de integração e conhecimento do estudante com a realidade social, econômica e do trabalho de seu curso; 2. instrumento de iniciação à pesquisa e ao ensino; 3. instrumento de iniciação profissional. 4–Inclusão da ética, permeando a formação acadêmica; 5. Constante busca a novos conhecimentos (educação continuada), novas metodologias e novas tecnologias.	Proposta política: Um enfoque multi e interdisciplinar que possibilite ao estudante articulação com outros saberes indispensáveis à compreensão da atividade docente; O compromisso com as questões sociais, estimulando uma perspectiva crítica, de cidadão responsável pela construção de uma sociedade justa e solidária.

Fonte: A autora, (2018).

Quadro 20- Curso de Educação Física – Licenciatura

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBS
Educação Física	Resolução do CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004 Resolução CONFEF nº 094/2005, na qual permite ao licenciado atuar somente na educação básica.	1. Desenvolvimento integral do homem, a partir dos domínios filosófico, sociológico, político, biológico, psicológico, antropológico e tecnológico; 2. Caráter científico da Educação Física e sua associação com o desempenho, a saúde, a qualidade de vida, tendo como referência o contexto socioeconômico, cultural e político brasileiro, numa visão globalizada.	Não há menção à interdisciplinaridade.

Fonte: A autora, (2018).

Quadro 21- Curso de Psicologia - Licenciatura

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBS
Psicologia – Licenciatura	Diretrizes Nacionais Curriculares-2011 resolução nº 5 de 2011. Lei 11788, de 25 de setembro de 2008, estágio é ato educativo escolar supervisionado	1. Contribuições da Psicologia para o desenvolvimento de indivíduos, comunidades ou organizações; 2. Pesquisa de campo sobre as diversas práticas de atuação do psicólogo, enfocando as demandas da sociedade contemporânea e mercado de trabalho. 3. Identificação das respectivas orientações teóricas e da formação necessária, seus instrumentos e técnicas de intervenção. 4. Compreensão das habilidades e competências necessárias à ação profissional. Compreensão das habilidades e competências necessárias para o manejo e estratégias de enfrentamento de situações adversas	Interdisciplinaridade: Atividades complementares e estágios supervisionados e disciplinas transversais

Fonte: A autora, (2018).

Quadro 22- Curso de Psicologia - Bacharel

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBSERVAÇÃO
Psicologia– Psicólogo		1. Elaboração de diagnósticos institucionais e sociais 2. Elaboração do planejamento de estratégias de intervenção dos problemas levantados pelo diagnóstico;	Trabalho multiprofissional e em equipe. 240 horas em duas ênfases distintas Processo de Prevenção e Promoção da Saúde.

Fonte: A autora, (2018)

4.6 Área da Engenharia e Computação

Nesta área, a instituição contempla os cursos de Engenharia Civil e Ciência da Computação, vistos a seguir.

4.6.1 Curso de Ciência da Computação

Este curso de bacharelado segue as DCN de Cursos da Área de Computação e Informática, expostos na Resolução nº 5, de 16 de novembro de 2016, a qual foi elaborada tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nos 776/1997,

583/2001 e 67/2003, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino da área da Computação. Seguindo o mesmo raciocínio das demais diretrizes, esta também faculta aos PPCs elementos mínimos, dentre os quais: “III - formas de implementação da interdisciplinaridade; IV - formas de integração entre teoria e prática; X - concepção e composição das atividades de Estágio Curricular Supervisionado, se couber, contendo suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento” (BRASIL, 2016, p. 01-02).

Sobre os estágios, a DCN diz que podem ser feitos ao longo do curso, acompanhados de docentes, e profissionais, cujo escopo é “consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático, e permitir o contato do formando com situações, contextos e organizações próprios da atuação profissional” (BRASIL, 2016, p. 8). No parágrafo primeiro, está assegurada a liberdade para a IES estabelecer a obrigatoriedade ou não do Estágio Supervisionado para os cursos de bacharelado.

O Curso de Ciência da Computação da Universidade de Gurupi - UnirG, iniciou suas atividades no segundo semestre de 2001 (UnirG, 2014, p. 15), com duração mínima de 4 anos e meio, com 3200 horas e duração máxima é de 16 semestres (8 anos) (UnirG, 2014, p. 18). Este curso entende o estágio como “estudos e práticas supervisionados em atividades externas à unidade de oferecimento do Curso. As atividades de estágios vão ser previstas no Projeto Estudante do Curso em consonância com as diretrizes” (UnirG, 2014, p.59) e é ofertado na disciplinas Estágio Supervisionado I, com 60horas, no nono período (UnirG, 2014, p. 32).

Quadro 23. Curso de Ciências da Computação

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBS
Ciência da Computação	Resolução nº 5, de 16 de novembro de 2016 CEEInf, 1999.	1. Formação científica, ética e humanística; 2. Domínio do conhecimento e das ferramentas adequadas para o exercício profissional, permitindo a inserção e disseminação da Computação e seus subprodutos na sociedade atual; 3. Programas especiais de capacitação do estudante. <ul style="list-style-type: none"> - Atividades de monitoria; - Atividades de extensão; - Atividades de pesquisa. 	Interdisciplinaridade: Formação para que os profissionais possam interagir com profissionais de outras áreas na busca de soluções computacionais complexas para seus problemas, o profissional de computação deve conhecer de forma geral e abrangente essas áreas.

Fonte: A autora, (2018).

No PPC (UnirG, 2014, p. 55) há proposta do curso para disseminar as boas práticas de estudos de casos e diálogo entre diferentes disciplinas, ressaltando princípios e estratégias da interdisciplinaridade, e ainda estimular a pesquisa interdisciplinar, envolvendo esforços conjuntos entre diferentes áreas de conhecimento no próprio curso e na instituição. Verifica-se, portanto, uma proposta interdisciplinar entre as disciplinas do curso e para além deste, com toda a IES.

4.6.2 Curso de Engenharia Civil

Este curso segue as DCN do Curso de Graduação em Engenharia estabelecidas pelo MEC (Resolução CNE/CES nº11/2002); Resolução nº 1.010/2005 do Conselho Federal de Engenharia; Projeto Político pedagógicos de instituições afins.

A DCN traça, dentre outras, a competência para o profissional atuar em equipes multidisciplinares (art. 4º, I) deve ainda (inciso IX) atuar em equipes multidisciplinares. O PPC deste curso na UnirG referendou expressamente estas competências (UnirG, 2013 p.16).

Sobre os estágios, previu a normativa em seu Art. 7º:

A formação do engenheiro incluirá, como etapa integrante da graduação, estágios curriculares obrigatórios sob supervisão direta da instituição de ensino, através de 4 relatórios técnicos e acompanhamento individualizado durante o período de realização da atividade. A carga horária mínima do estágio curricular deverá atingir 160 (cento e sessenta) horas. (BRASIL, 2002,p.4).

Na UnirG este curso possui carga horária de 3.870 horas, divididas em 10 semestres, com prazo máximo para finalizar em 14 semestres. Como diretriz, o curso se propõe a proceder a uma “formação complementar humanista ética, com foco na qualidade socioambiental da inserção do profissional na sociedade mediante a resolução de problemas em atendimento às demandas da sociedade (UnirG, 2018, p.20). Previu também como estágio, a quantidade de 180 horas, no 10º período (UnirG, 2018, p.33).

O estágio curricular está compreendido (UnirG, 2018, p.89) como “componente essencial na formação do educando. Deve ser executado, orientado, acompanhado e avaliado com ética e competência pelo responsável de cada grupo”. O Manual do estagiário, integrante do PPC (UnirG, 2018, p. 89) traz como obrigatoriedade o exercício do estágio com competência nas empresas, totalizando 360 horas, em “locais credenciados pela Coordenação de Estágios, obedecendo à legislação pertinente e verificadas as conveniências oferecidas”. Destaca-se a diferença entre a quantidade de horas do PPC e do manual de estágio. Contudo, na matriz curricular consta a previsão de apenas 180 horas de estágio.

Sobre a interdisciplinaridade, previu o curso em tópico separado, a seguinte forma de realização: “Na interação com o Núcleo de Pesquisa, com os Estágios e com outros cursos afins, será feita a interdisciplinaridade não só entre os conteúdos, mas também nas atividades complementares” (UnirG, 2018, p.19).

Eis o quadro do curso, elaborado na mesma diretriz dos anteriores:

Quadro 24 - Curso de Engenharia Civil

CURSO	LEGISLAÇÃO	CATEGORIAS TEMÁTICAS	OBS
Engenharia	Resolução CNE/CES nº11/2002); Resolução nº 1.010/2005 do Conselho Federal de Engenharia;	1. Trabalho em equipes multidisciplinares; 2. Base científica e capacidade de comunicação e relação interpessoal;	Na interação com o Núcleo de Pesquisa, com os Estágios e com outros cursos afins, será feita a interdisciplinaridade não só entre os conteúdos, mas também nas atividades complementares

Fonte: A autora, (2018).

Concluído os estudos sobre os cursos, ainda há de se mencionar que a UnirG teve sua proposta de criação de um laboratório de tecnologia assistiva aprovada pela CAPES, por meio do Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE), o qual é utilizado apenas pelos cursos de licenciatura, conforme previsto no edital de abertura¹⁴.

O LIFE é um Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores. Tal programa visa selecionar propostas que tenham por objetivo a criação de laboratórios interdisciplinares de formação de educadores. Os laboratórios constituem espaços de uso comum das licenciaturas nas dependências de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), destinados a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, de modo a incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para ensino. Tal proposta encaminhada foi para a aquisição de um laboratório de tecnologia assistiva. Tal laboratório será utilizado, além do Curso de Letras, pelos demais Cursos de Licenciatura da UnirG.

4.7. Síntese: A interdisciplinaridade nos cursos da UnirG

Como se vê nos PPCs analisados, todos os cursos apresentam propostas de atividades interdisciplinares, em maior ou menor grau, a serem desenvolvidas, porém,

¹⁴ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/life> , acesso em 20/01/2018.

nenhuma semelhante à proposta discutida neste trabalho. As propostas de interdisciplinaridade, em cada curso, estão sintetizadas no Quadro 25.

Quadro 19- Interdisciplinaridade nos diferentes cursos da UnirG (continua).

CURSO	PERÍODO DO ESTÁGIO	PROPOSTA INTERDISCIPLINAR	RECURSOS/ EQUIPAMENTOS
Ciências Contábeis	A partir do 6º período	Atividades complementares	Escritório Modelo de Contabilidade
Administração	6º e 7º períodos	atividades em conjunto entre os professores de disciplinas diferentes, porém em um mesmo período, atividades complementares	Empresa Júnior UnirG
Direito	7º, 8º, 9º e 10º	Formação prática, atividades complementares	Núcleo de Prática Jurídica
Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo	7º (último período)	Disciplinas práticas, estágio supervisionado e atividades complementares	Agência de Jornalismo e Publicidade Experimental (Ajope),
Educação Física	6º período	práticas de estudos de casos de diálogo entre diferentes disciplinas e entre os outros cursos.	Sala de aula e unidades conveniadas
Medicina	9º, 10º, 11º e 12º períodos	eixo de desenvolvimento curricular e as dimensões biológicas, psicológicas, étnicoraciais, socioeconômicas, culturais, ambientais e educacionais; transversalidade das Ciências Humanas e Sociais na formação de profissional com perfil generalista; atividades complementares	Convênios com instituições parceiras; ambulatório
Enfermagem	4º período até o final do curso	Atividades complementares e estágios	Não há.
Farmácia	7º período até final	Estágio e atividades complementares	Farmácia escola
Odontologia	5º período até final	Estágios e atividades complementares	Clínica de odontologia
Fisioterapia	9º e 10º	ambientes de estágio compartilhados, no núcleo comum de disciplinas da área básica da saúde e disciplinas transversais; atividades complementares	Clínica Escola de Fisioterapia e locais conveniados

CURSO	PERÍODO DO ESTÁGIO	PROPOSTA INTERDISCIPLINAR	RECURSOS/ EQUIPAMENTOS
Linguagem e Artes (Letras)	5º, 6º, 7º e 8º períodos	Atividades complementares, disciplinas transversais	Salas de aula.
Ciência da Computação	9º e 10º períodos	Entre disciplinas e pesquisa interdisciplinar	Sala de aula.
Engenharia Civil	10º período	Núcleo de Pesquisa, Estágios e atividades complementares	Sala de aula.
Pedagogia	Cinco períodos	Atividades complementares, estágios e disciplinas transversais	Sala de aula.
Psicologia	do 4º ao 7º período	Atividades complementares e estágios supervisionados	Sala de aula, clínica de psicologia, unidades conveniadas

Fonte: A autora, (2018)

Os cursos da UnirG prestam serviços à comunidade, seja por meio de parcerias com outras instituições, seja por meio de práticas de disciplinas, geralmente estágios, em ambientes próprios, porém, em sua grande maioria, os cursos trabalham isoladamente. A interdisciplinidade, conforme preveem os projetos curriculares, se dá dentro da própria sala de aula, via de regra, com a colocação dos alunos de diversos cursos, para estudarem um único conteúdo (disciplinas transversais).

Tais práticas se constituíram em ponto de partida para os debates e construção coletiva de uma proposta de projeto de CDH, na instituição. Tal proposta, discutida nos grupos focais, confirma-se inovadora dentro da IES e pode ser uma alternativa para efetivas práticas interdisciplinares, conforme descrição e análise no próximo capítulo e no Apêndice E.

CAPÍTULO 5

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA UnirG

Este capítulo analisa os dados obtidos a partir da realização dos Grupos Focais, para a construção coletiva da proposta de criação de uma Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos, envolvendo os cursos da UnirG. Foram realizados 02 (dois) grupos focais com a participação de Coordenadores de Curso, Coordenadores de Estágio e professores interessados na temática de direitos humanos. Optou-se por utilizar as reuniões do Colégio de Coordenadores, já programadas para os meses de setembro e outubro, com a prévia permissão da Pró-Reitoria de Graduação e Extensão (PGRAD) e dos coordenadores.

O resultado final (APÊNDICE E) será submetido ao Edital para projetos de extensão 2018 e ao Conselho Superior Acadêmico (CSA), para análise da viabilidade de implantação. Espera-se que este projeto sirva de base para discussões de políticas públicas de ensino superior, especialmente na temática dos direitos humanos na UnirG.

5.1 Resultados e Discussões do Grupo Focal 1

Na primeira reunião realizada, no dia 12 de setembro de 2018, iniciou-se às 14 horas e finalizou às 16 horas e 30 minutos, contou-se com a presença de vinte pessoas, as quais foram convocadas para a reunião do Colégio de Coordenadores. Após o fim da primeira parte da reunião em que foram tratados assuntos da Pro-reitoria de Graduação (PGRAD), passou-se a palavra ao moderador da pesquisa, que esclareceu a necessidade da presença de pelo menos um representante de cada curso, e sanadas as dúvidas apresentadas, permaneceram na reunião 14 (catorze) pessoas.

Conforme o planejamento, o grupo focal 1 que tinha como objetivo analisar a viabilidade institucional de realizar uma proposta interdisciplinar nos estágios dos cursos, com sete questões.

A pesquisa iniciou com a pergunta: Quando pensa em uma prática de estágio em conjunto com outros cursos, qual a primeira ideia que lhe vem à cabeça?

Quadro 20- Relatos dos participantes sobre o trabalho em conjunto com outros cursos (Questão1).

B1:	“[...] mas eu vejo vários outros cursos atuando como, por exemplo, engenharia [...]”
B2:	“[...] O que me vem à cabeça a primeira coisa: é que esse estágio é totalmente interdisciplinar, ele vai dar um espaço bem maior de conhecimento para nosso Acadêmico [...]”
B3:	“[...] a gente precisa basicamente de todas as outras áreas [...]”
B4:	“[...] a prestação de serviço de todos os cursos dentro dessa clínica então assim consegui ver um projeto muito interessante desta maneira [...]”
B5:	“[...] levantar dentro da própria comunidade, dentro dos líderes comunitários, as necessidades realmente a serem tratadas dentro do estágio conjunto. [...]”
B6:	“[...] eu imagino que a comunicação ela se entrelaça com praticamente tudo né, com todos os projetos e ações que a instituição realiza, porque as pessoas precisam ter acesso à informação [...]”
B7:	“[...] eu acho que os cursos poderiam contribuir nesse sentido, na vertente, digo assim, no SUS de forma geral [...]”
B8:	“[...] vai suprir uma carência dessa efetivação do trabalho interdisciplinar [...]”
B9:	“[...] vejo a clínica como a possibilidade de atuação de diversos cursos na clínica, trazendo a resolutividade, trazendo a integralidade, atendimento integral aos pacientes, ao público, [...]”
B10:	“[...] a gente poderia colaborar com as pessoas e interagir com o curso de Direito, com o curso de Contábeis, Pedagogia, Farmácia, Comunicação, nesse sentido, de criar novos negócios que potencializem a economia, que promovam a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas [...]”
B11:	“[...] Bom, meu curso, acho que ele pode colaborar, deve colaborar na questão do ensino-aprendizagem [...]”
B12:	“[...] nós vamos ganhar muito mais com isso do que contribuir, porque a imprescindível esse contato com outras profissões que nós não temos, e isso começa desde a formação, porque nós temos Acadêmicos que não sabe se posicionar com o outro, nossa profissão não se preocupa com outro, nós somos muito técnicos então isso vai contribuir muito para o Acadêmico. [...]”
B13:	“[...] em primeiro lugar pensamos no trabalho em equipe, uma oportunidade dos estágios se conhecerem, se ajudar [...]”
B14:	“[...] acho que tem muito a agregar tanto para a comunidade quanto também tem muito a agregar com nosso aluno, como cidadão também, dentro dessa realidade fora, e a realidade dos outros colegas, dos outros alunos, principalmente para nossos alunos da Medicina [...]”

Fonte: A autora, (Q1-GF 1, 12/09/2018)

Na transcrição das falas acima, os participantes conseguem visualizar os cursos atuando dentro de seus campos específicos de conhecimento, em conjunto com outros cursos, em uma perspectiva positiva, tanto no processo de ensino e aprendizagem quanto na melhoria da qualidade dos seus próprios serviços prestados à comunidade. Relevante notar ainda a possibilidade de contribuição para humanização do próprio aluno, o qual é educado de forma

isolada de outras profissões, e até mesmo da comunidade, “muito técnico (...) não se preocupa com o outro” (B12, GF1, 12/09/2018), sugerindo um isolamento acadêmico e social.

Os currículos dos cursos são tradicionais e baseados na especialização, em que pese os professores reconhecerem a complexidade atual mundial, e necessidade de superação dos limites impostos pelas matrizes curriculares, de modo a garantir seu espaço no campo profissional. Para Siqueira (2003, p.1), a organização do currículo tradicional baseia-se na “hiperespecialização”, e tal deveria ser substituído pelo “reconhecimento da complexidade do mundo atual”, pela suplantação de limites “epistemológicos, psicossociológicos, institucionais”.

A própria LDB fomenta a cooperação, o trabalho coletivo e a edificação de um PPP participativo e colaborativo, gerado no seio da comunidade acadêmica, atribuindo identidade à IES e ao curso, trazendo mais flexibilidade e abertura para inovações curriculares nas graduações, consentâneas às inovações sociais e científicas, especialmente quando nivela o tripé ensino, pesquisa e extensão.

É um anseio da equipe participante a produção de novos saberes e a solução de problemas reais da comunidade, de maneira ampla e abrangente. O que se propõe é uma profunda revisão de pensamento, que deve caminhar para intensificar o diálogo, as trocas e a integração conceitual e metodológica nos distintos campos do saber. A dinamicidade social corre a passos largos das inovações acadêmicas e reestruturação de ideias.

Na segunda pergunta, buscou-se respostas sobre os serviços prestados ao público, por cada curso, nos campos de estágio, com a seguinte indagação: Qual o principal serviço de atendimento prestado ao público, que seu curso pratica nos campos de estágio?

Todos os cursos apresentam uma prestação de serviço à comunidade, dentro de suas áreas específicas, contudo, trabalhando isoladamente. Mesmo nessa perspectiva já sedimentada por tantos anos, os participantes conseguem visualizar uma prática de atuação em conjunto com os demais cursos, sem que isso prejudique a qualidade dos serviços educacionais ou profissionais prestados, conforme se verá abaixo, com as transcrições das falas para a terceira rodada de discussões.

Pelo contrário, todos os participantes veem como enriquecedor a contribuição de outros cursos para seus trabalhos, numa visão pedagógica interdisciplinar.

Eis a síntese das respostas:

Quadro 21 - Relatos dos participantes sobre os serviços prestados ao público por cada curso (Questão 2).

B1:	“[...] pratica a parte preventiva e curativa nas áreas de clínica geral, Odontologia, periodontia, cirurgia, prótese, câncer bucal, pediatria, cirurgia buco maxilo [...]”
B2:	“[...] nosso curso pratica a docência e intervenção pedagógica nos campos [...]”
B3:	“[...] parte de docência e o estágio que nós fazemos no atendimento mais aprofundado [...]”
B4:	“[...] formalização como empreendedor individual, organizações de associação de bairro, orientação por questões financeiras, e declaração de imposto de renda [...]”
B5:	“[...] organização Empresarial e estratégias organizacionais [...]”
B6:	“[...] prevenção e promoção, nas questões curativas da saúde da Mulher, da criança, do Adolescente, e paciente adulto, paciente idoso, a gente também atua na atenção primária em todas essas áreas e na atenção especializada do paciente de baixo risco e de alto risco também [...]”
B7:	“[...] basicamente é a criação de material, seja jornalístico, seja de material publicitário [...]”
B8:	“[...] projeto para ampliação e reforma, principalmente na questão de regularização de imóvel [...]”
B9:	“[...] na parte de atenção primária e secundária nas UBS; no hospital e no ambulatório onde tem algumas especialidades médicas [...]”
B10:	“[...] estágios através da assistência farmacêutica nas unidades básicas de saúde, por meio da Farmácia Comunitária que nós temos, assistência farmacêutica ou farmácia Clínica no âmbito hospitalar [...]”
B11:	“[...] através do serviço escola, que é a clínica de psicologia, atua no atendimento Clínico individual e em grupo, crianças e adolescentes, adultos e idosos e também tem atuação de estágio nas escolas [...]”
B12:	“[...] com atenção primária e especialidades, faz atendimentos domiciliares com Acadêmicos do quinto período, também tem o maior ganho de atendimento é na Clínica escola que é mais por especialidade [...]”
B13:	“[...] abrange licenciatura e bacharelado então atuamos na Escola de Educação Infantil Fundamental e Médio, também temos o estágio lazer Esporte e o estágio em academia que é o fitness [...]”
B14:	“[...] atua na assistência jurídica à população carente [...]”

Fonte: A autora, (Q2, GF1, 12/09/2018)

Nesse sentido, não se trata de transformar a Interdisciplinaridade em uma superciência, mas servir de referência aos movimentos pedagógicos que visam à integração dos saberes (OLIVEIRA, 2016). Trata-se de uma substituição da concepção fragmentária para a unitária do ser humano (FAZENDA, 1995, 2002).

E esta forma de pensar se harmoniza com a educação clínica, elemento central deste trabalho, marcada pela diversidade, por permitir que diferentes ramos do saber desenvolvam projetos diversos, em torno de causas semelhantes (RIBEIRO, 2016, p. 18). Especialmente no curso de Direito, este modelo apresenta-se transformador, não só no aspecto metodológico, mas principalmente quanto à percepção de que outras áreas do saber podem contribuir para uma melhor prestação dos serviços.

Na visão de Huerta apud Villarreal e Courtis (2007, p. 6), o ensino clínico se apresenta como a ferramenta ideal para desenvolver nos alunos, habilidades dialéticas, críticas, astúcia no trato com clientes, assessoria, interrogatórios, dentre outros. Mostra-se modificador do tradicionalismo do ensino jurídico ao criar nos estudantes, percepções críticas e inovadoras através de estudo de caso concreto. Deste modo, a interdisciplinaridade pode não produzir o resultado esperado ou insuficiente, mas, de outra banda, pode trazer ganho de espaços, e aos poucos, modificar o pensamento disciplinarizante, voltado aos interesses de alguns (SEVERO; PAULA, 2010, p.35).

Percebe-se, na UnirG, a ausência de uma política institucional efetiva de apoio a propostas pedagógicas incentivadoras da interdisciplinaridade entre os cursos. Política que poderia integrar e incentivar a interligação dos diferentes ramos dos saberes aos quais pertencem os cursos ofertados. Ato contínuo, a próxima questão foi: Em que medida, outro curso da Universidade, poderia contribuir positivamente para este serviço prestado?

Quadro 22 - Relatos dos participantes sobre a contribuição de outro curso para seus serviços (Questão 3).

B1:	“[...] eu acho que esses cursos principalmente tem uma atuação muito específica com a nossa área [...]”
B2:	“[...] todos os cursos têm como dar um apoio, todos nossos tem uma relação [...]”
B3:	“[...] eu acredito que todos os cursos podem ajudar, mas eu consegui visualizar um trabalho mais em conjunto entre a contabilidade, com letras, com direito e administração [...]”
B4:	“[...] para enfermagem em praticamente todos os cursos têm o poder de resolutividade maior, pra gente não olhar o paciente só naquela questão do momento, a gente podia tá fazendo essa contra-referência indicando outras profissões para estarem cuidando de outras áreas [...]”
B5:	“[...] todos os cursos podem contribuir conosco e nós podemos contribuir com todos [...]”
B6:	“[...] na engenharia o curso que teria mais afinidade para contribuir conosco seria a parte do direito [...]”
B7:	“[...] enfermagem dá para trabalhar com todo mundo, pensando em indivíduo, no coletivo, no problema geral dele [...]”
B8:	“[...] ele pode contribuir principalmente com relação à orientação de medicamento onde entra Odonto, enfermagem, a medicina, psicologia, fisioterapia [...]”
B9:	“[...] então eu vejo a contribuição numa grande escala de todos, não tem não tem como excluir nenhum [...]”
B10:	“[...] a gente também precisa todo mundo precisa né, então, assim, eu vejo dentro de saúde pública, um trabalho mutuo, de todos os cursos da instituição [...]”
B11:	“[...] eu acho que todos podem ajudar [...]”
B12:	“[...] a gente precisa ser mais atuante, mais acolhido pelos outros cursos mais antigos da área da saúde [...]”
B13:	“[...] E aí eu não consigo excluir, nessa situação, excluir nenhum curso todos poderiam dar sua contribuição para o nosso estágio [...]”

Fonte: A autora, (Q3, GF1, 12/09/2018)

Dos relatos extraídos, conclui-se que os cursos percebem capacidade de ajuda mutua, de forma positiva, interligando-se saberes aparentemente fora das áreas de conhecimento

específicos, quase uma intuição ao saber e fazer interdisciplinar. Algumas áreas do conhecimento, em razão da afinidade do campo teórico, tornam-se mais simples a visualização da interdisciplinaridade, em outras, mesmo em campos teóricos distintos, é possível o trabalho coletivo. Isso mostra que a academia é um terreno fértil para práticas interdisciplinares e trabalho com Direitos Humanos, faltando apenas um espaço e metodologia adequados.

Lapa (2014, p. 92) diz que “o conhecimento é, portanto, concebido como uma construção coletiva, em que todos os participantes – educandos e educadores, estudantes e facilitadores – são seres inacabados e sujeitos no processo de ensino-aprendizagem”

Em seguida, no planejamento, viria a seguinte rodada de discussões: “De que maneira você imagina uma interação pedagógica de seu acadêmico/estagiário com acadêmicos/estagiários de outros cursos?”

Contudo, em razão das respostas apresentadas nos itens anteriores, estas questões já haviam sido debatidas, e esta temática ficou respondida na anterior. Na releitura das manifestações, extraiu-se o seguinte:

Quadro 23 - Relatos dos participantes sobre a interação pedagógica entre os discentes de outros cursos.

B1:	“[...] no caso de odontologia tem especificamente, o curso de psicologia que pode atuar dentro do processo [...] Pedagogia [...] Comunicação [...] Medicina [...] Enfermagem [...] Psicologia [...]”
B2:	“[...] psicologia daria maior apoio para nós [...], a educação física [...] enfermagem [...] medicina com a nossa pedagogia hospitalar [...] fisioterapia”
B3:	“[...] eu consegui visualizar um trabalho mais em conjunto entre a contabilidade, com letras, com direito e administração [...] é importante essa parceria [...]”
B4:	“[...] a gente podia tá fazendo essa contra-referência indicando outras profissões para estarem cuidando de outras áreas [...] Odonto, a fisio, a medicina, farmácia, psicologia, educação física e o direito”
B5:	“[...] todos os cursos podem contribuir conosco e nós podemos contribuir com todos [...] nós precisamos de informações completas e atualizadas [...]”
B6:	“[...] saber até onde a gente pode ir para poder auxiliar ele [...]”
B7:	“[...] enfermagem dá para trabalhar com todo mundo [...] dá para extrair situações que vá depender da situação, dá para trabalhar em conjunto sim, [...]”
B8:	“[...] onde entra Odonto, enfermagem, a medicina, psicologia, fisioterapia [...]”
B9:	“[...] temos como principal atuação redistribuir para os outros cursos [...]”
B10:	“[...] um trabalho mutuo, de todos os cursos da instituição, a fim de estar melhorando as condições dos nossos trabalhos nos pacientes [...]”
B11:	“[...] o que falta minha visão é ter uma interação de professores e alunos, que fica na observação, e se a gente puder inteirar melhor com aluno, aluno com professor, professor/professor [...] então a gente estende aos outros cursos, que quiserem frequentar o nosso estágio e fazer qualquer outra parceria, para que a gente possa ter êxito e sucesso”
B12:	“[...] então a gente tem assim, um corpo com a maioria deles [...]”
B13:	“[...] o nosso atendimento lá revela inúmeros outras necessidades do assistido [...] a princípio não se pensa nessa parceria, mas a necessidade existe, ela é real [...] eu não consigo excluir, nessa situação, excluir nenhum curso [...]”

Fonte: A autora, (Fragmentos de Q1, Q2 e Q3, GF1/12/09/2018)

Os cursos se veem interligados num trabalho em conjunto, alguns mais relacionados ao campo teórico comum, em princípio. Chama a atenção que mesmo

pertencendo a campos teóricos distintos, os participantes veem possibilidades de interação em praticamente todos os cursos, conforme pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4 – Possibilidades de Interdisciplinaridade entre os cursos, na perspectiva dos participantes dos grupos focais



Fonte: A autora, (Fragmentos de Q1, Q2 e Q3/GF1, 12/09/2018)

Verifica-se a possibilidade de aplicação de uma técnica educativa eficaz para a metodologia participativa que é a de solução de problemas (*problems solving*), na qual os discentes, a partir de uma situação concreta identificam as possíveis soluções para a questão, tanto nos mecanismos internos quanto externos, articulando a interdisciplinaridade. As possibilidades são muitas, pois além do estudo da estratégia, que já acontece em sala de aula, ao terem a prática concreta, irem a campo, terem contato com as vítimas, verem os impactos de suas ações, os estudantes podem realmente ver e sentir o caráter instrumental de seu aprendizado, além de vivenciarem o caráter social e transformador do estudo do Direito e, em especial, dos Direitos Humanos (LAPA, 2014, p. 93).

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos, vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. (FREIRE, 2005, p. 65)

Quanto à crença de que o processo ensino/aprendizagem ser garantido numa interação, todos os participantes, afirmaram categoricamente suas concordâncias. Por isso, percebe-se o respeito à premissa de que a interdisciplinaridade faz relação entre as disciplinas e a realidade, entre os educadores articulados num trabalho coletivo, de maneira a superar a fragmentação do ensino, apta a fomentar uma visão globalizada de mundo, a enfrentar e solucionar problemas apresentados aos discentes na atualidade.

Esta interação possibilitará aos estudantes suma instigação à análise de fenômenos sociais, políticos, econômicos, históricos e culturais e que, assim, pratiquem a interdisciplinaridade:

A própria questão do ensino interdisciplinar é uma proposta que tem de ser bem mais explicitada. A maioria dos juristas vê o ensino interdisciplinar como a inclusão no currículo de uma série de disciplinas de outras áreas do conhecimento e que propiciem, cada uma delas, a sua visão do fenômeno jurídico, trazendo, dessa forma, ao aluno, um conjunto de visões diferenciadas. Este tipo de visão propiciará uma série de visões estanques sobre o mesmo objeto, sem contudo propiciar ao aluno uma visão de sua totalidade. (RODRIGUES, 2007, p. 17)

Tal constatação também foi retirada das outras rodadas de perguntas, quais sejam: Como os professores/supervisores de estágio podem contribuir para este processo? Esta prática de estágio, em sua visão, se harmoniza com a temática de direitos humanos? Para este questionamento, todos responderam afirmativamente. Como já estava no final da reunião, percebeu-se um desconforto entre os participantes em permanecerem por mais tempo e a esta questão, especialmente, responderam de forma uníssona, justificando aqui a ausência de transcrição detalhada das falas.

O principal questionamento que surge nesse momento para a proposta do projeto, é como uma clínica de Direitos Humanos fará acontecer a interdisciplinaridade do ensino, pesquisa e extensão? Nas palavras de Lapa, citando Rodrigues (2014, p. 101-102):

Ela estaria contemplada se: a) tivermos professores de diferentes

departamentos participando da análise dos casos?; ou b) analisarmos textos e bibliografia de várias áreas do saber? Entendemos que não seja somente isso. Se trouxermos diferentes pontos de vista e saberes nos encontros do grupo de estudos da clínica de Direitos Humanos, isso não seria utilizar a natureza multidisciplinar, ou seja, somar várias disciplinas? A interdisciplinaridade não se realiza em um conjunto de disciplinas estanques – isto é multidisciplinaridade – mas sim na análise do objeto a partir de categorias pertencentes a vários ramos do conhecimento em um mesmo momento, buscando apreender todos os aspectos desse objeto, em sua integridade” (RODRIGUES, 2007, p. 19).

Para além de múltiplas análises, é imprescindível o diálogo real, efetivo, concreto, e para tanto, é preciso a abertura dos atores para estas contribuições.

Ao mesmo tempo, percebeu-se que com o avançar das falas, os participantes passaram a se inteirar mais, ficarem bem à vontade para expressarem suas opiniões, de modo que o assunto fluiu de maneira bem natural, e em alguns momentos, chegaram a antecipar as discussões, o que prejudicou a ordem das proposituras, porém, preservando o conteúdo e profundidade das considerações.

De fato, a técnica de grupo focal valoriza a interação grupal para a geração de dados, tendo em vista que as pessoas são estimuladas a falar sobre experiências e pontos de vista sobre determinado tema. As discussões em grupo permitiram aos participantes trocar, concordar ou discordar sobre opiniões, atitudes e experiências, constituindo-se em um recurso valioso para explorar o ensino por meio de Clínicas em Direitos Humanos.

5.1.1 Diferencial Semântico

Em seguida foi explicada a tabela de diferencial semântico, esclarecidas as dúvidas e todos fizeram a marcação, conforme abaixo:

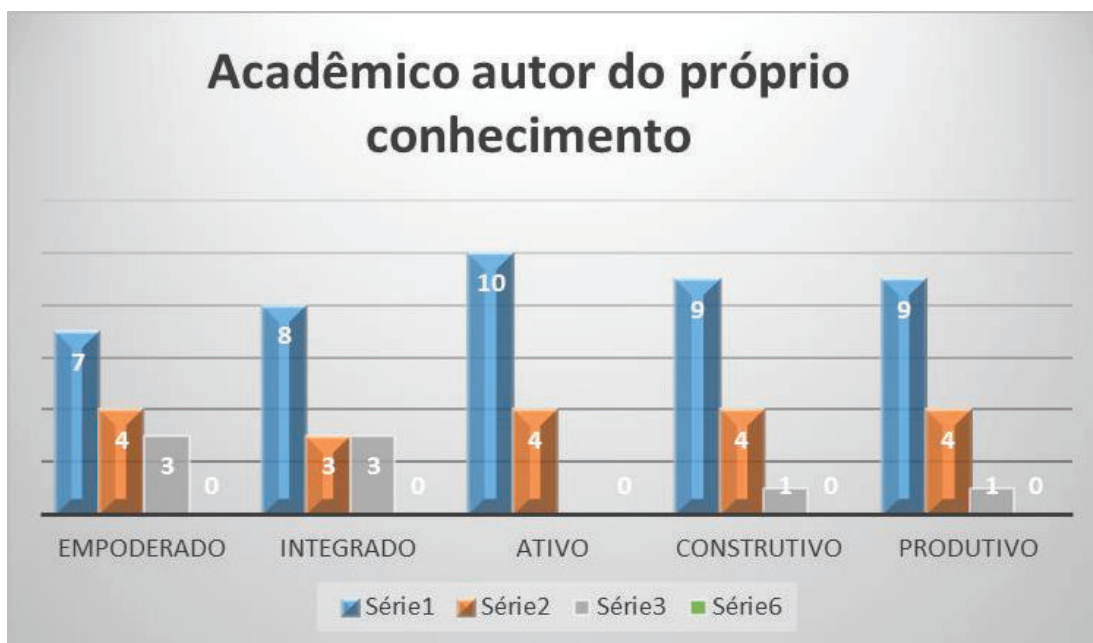
H.1 Gostaria de saber como você imagina um acadêmico autor de seu próprio aprendizado:

Quadro 24 – Diferencial Semântico para a categoria Estudante

ADJETIVO	1	2	3	4	5	ADJETIVO
Empoderado	7	4	3			Descapacitado
Integrado	8	3	3			Desarticulado
Ativo	10	4				Inativo
Construtivo	9	4	1			Destrutor
Produtivo	9	4	1			Improdutivo

Fonte: A autora, (GF1, 12/09/2018).

Figura 5 – Avaliação dos estudantes



Fonte: A autora, (2018).

Em que pese a educação dever ser compreendida e elaborada de maneira interdisciplinar, cujo aluno é o principal agente, pelas respostas acima, percebe-se que 40% dos docentes ainda não o veem apto a assumir com comprometimento, reponsabilidade, capacidade de elaborar e executar ações, assumir compromissos, decidir ante os fatos e integrar em seu ambiente. Talvez, o próprio educador não perceba que este aluno tenha autonomia suficiente para tanto, e o julgue incapaz de ser autor de seu próprio conhecimento. Tal postura não se harmoniza com o ensino via clínicas, porque, segundo Lapa (p. 89) este é um espaço na universidade que oportuniza aos estudantes vivenciarem essa experiência. A CDH deve adotar uma metodologia que supere a concepção “bancária” da educação.

Para garantir seu espaço no campo profissional, o discente precisa absorver o mundo, sem se limitar em especializações que, conquanto lhe possibilitem exercer a carreira, retiram-lhe a valência exigida pelo universo do trabalho, pois as incitações humanísticas essenciais, específicos e tecnológicos, ao que tudo indica, requerem soluções por conjuntos de profissionais de diversas áreas.

Morin, nesse sentido, fala da importância relevante de uma cabeça bem feita ante uma cabeça bem cheia:

O significado de uma cabeça bem cheia, é óbvio: é uma cabeça onde o saber é acumulado, empilhado e não dispõe de um princípio de seleção e organização que lhe dê sentido. Uma cabeça bem feita significa que, em vez de acumular o saber, é mais importante dispor ao mesmo tempo de: - uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas; - princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido. (MORIN, 2000a, p.21)

Por isso o conhecimento estribado somente em disciplinas de conteúdos fechados não se apresenta adequado:

Agora bem, devo dizer que, em certo sentido, não creio realmente na possibilidade de elaborar fronteiras totalmente claras entre as disciplinas. Não penso que o mundo está por si mesmo estruturado de acordo com o sistema das disciplinas científicas, mas que aqui temos uma espécie de processo de negociação. Creio que as coisas interessantes são os problemas intelectuais sem resolver. É totalmente secundário se isto é feito por esta ou aquela disciplina. Por exemplo, minha disciplina é a sociologia, mas creio que trago um montão de conhecimentos de outras disciplinas - antropologia, história, filosofia, psicologia, inclusive teologia. Portanto, se trata de um processo de negociação constante entre pessoas que reclamam o direito de tratar com tal ou qual tema dentro de sua disciplina, ou tentam negar esse direito aos demais. (BEYTÍA. In: **Revista Andamios**, 2012, p. 378)

Assim, a proposta de educação clínica se apresenta adequada, pois:

A proposta da CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS é ser um espaço universitário que proporcione na formação acadêmica a constituição identitária e profissional dos estudantes, por meio de: a) de uma abordagem participativa em espiral (*participatory approach*); b) da técnica de solução de problemas (*problems solving*); e c) do uso de casos emblemáticos/paradigmáticos. (LAPA, 2016, p.90)

E a temática dos direitos humanos se amolda perfeitamente nessa tônica, pois “A Educação em Direitos Humanos está comprometida em construir uma cultura de respeito à dignidade humana em todos seus aspectos por meio de práticas e vivências das quais o educando é também protagonista” (CARDOSO, 2013, p. 11).

Sugere-se aqui que o educador trabalhe com afinco o seu dever de transformar este sujeito como ator de sua aprendizagem. Ao ser ativo no processo, o discente saberá planejar, trabalhar com suposições e a solucionar problemas concretos.

No tópico seguinte, foi questionado: H.2 Gostaria de saber como você imagina o professor/supervisor nesta proposta de integração de estágios na Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos:

Quadro 25 - Diferencial Semântico para a categoria professor/supervisor

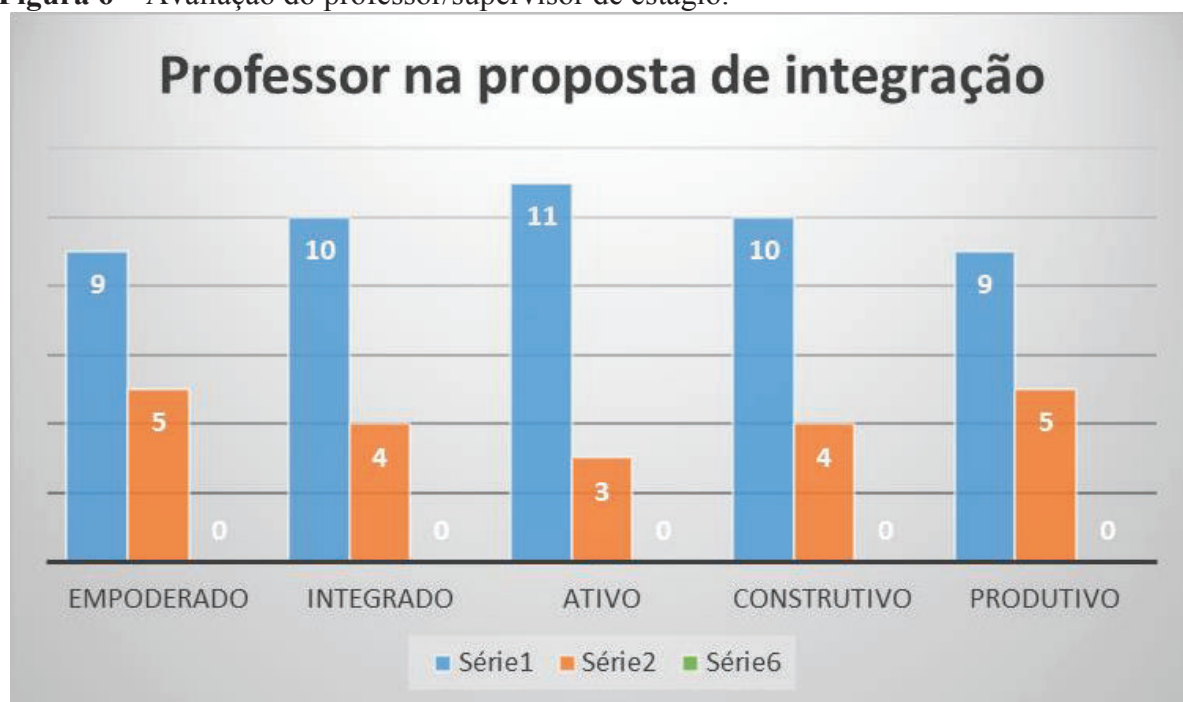
ADJETIVO	1	2	3	4	5	ADJETIVO
Empoderado	9	5				Descapacitado
Integrado	10	4				Desarticulado
Ativo	11	3				Inativo
Construtivo	10	4				Destruitor
Produtivo	9	5				Improdutivo

Fonte: A autora (GF1, 12/09/2018)

Os participantes veem o professor numa posição confortável para trabalhar numa proposta pedagógica interdisciplinar, de forma a complementar os métodos, os conceitos, as estruturas e os dogmas sobre os quais se sedimentam as práxis pedagógicas das disciplinas científicas.

Vê-se como positiva o pensamento inovador, da qual resulta uma troca, reciprocidade e integração entre áreas diversas de conhecimento, conforme pode ser visualizado na Figura 6.

Figura 6 – Avaliação do professor/supervisor de estágio.



Fonte: A autora (GF1, 12/09/2018)

Contudo, ao se confrontar este tópico com o primeiro (aluno), percebe-se que falta ao professor uma visão efetiva da interdisciplinaridade, remetendo-nos ao pensamento de Japiassú (1976) o qual diz que esta proposta é muito pensada e pouco vivida, de fato. Assim, tem-se como um desafio sem precedentes para todos os atores envolvidos nas ciências de políticas públicas, um convite ao diálogo fundado na cooperação e troca.

Deste modo, a crença de que um espaço diferente da sala de aula mostra-se adequado, como uma clínica, integrando a matriz curricular dos cursos, trabalhando casos emblemáticos sobre temas de Direitos Humanos, de maneira a permitir um incentivo para análise dos fenômenos em sua integralidade, porém sob os diversos aspectos, sociais, políticos, econômicos, históricos e culturais e assim, haja a interdisciplinaridade. Segundo

Thiesen (2008, p. 545) “de modo geral, a literatura sobre esse tema mostra que existe pelo menos uma posição consensual quanto ao sentido e à finalidade da interdisciplinaridade: ela busca responder à necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento.”

Em seguida, buscou-se a percepção sobre o usuário dos serviços: H.3 Gostaria de saber como você imagina o usuário do serviço nesta proposta de integração de estágios na clínica interdisciplinar de Direitos Humanos:

Quadro 26 - Diferencial Semântico para a categoria usuários

ADJETIVO	1	2	3	4	5	ADJETIVO
Acolhido	10	3			1	Sozinho
Integrado	8	3	2		1	Desintegrado
Atendido	9	4			1	Desassistido
Satisfeito	10	2	1		1	Insatisfeito
Encantado	7	5	1		1	Desencantado
Humanizado	12	1			1	Desumanizado

Fonte: A Autora, (GF1, 12/09/2018)

Aqui, constata-se que a maioria dos participantes vê a comunidade sendo atendida com qualidade, garantindo a prestação do serviço ofertada pelos cursos, em que pese identificar alguns dos participantes divergindo esta opinião, de uma maneira geral, o que sugere um temor na integração, de modo a eventualmente a comprometer o acolhimento do usuário.

Figura 7 – Avaliação dos usuários do serviço da Clínica de Direitos Humanos



Fonte: A autora (GF1, 12/09/2018).

Importante este compromisso social, pois é imprescindível para a Clínica de Direitos Humanos, que a sociedade seja acolhida, sem preconceitos, ou visões pré-concebidas, para caminhar rumo a uma mudança efetiva socialmente, de modo a ocorrer a verdadeira sensibilização dos estudantes para com problemas de Direitos Humanos.

Resta evidente neste espaço universitário um compromisso com a Justiça Social e isso demonstra ser este um pressuposto importante para a formação de estudantes. Viu-se que o nascimento das Clínicas de Direitos Humanos em vários países, almejam a sensibilização dos alunos para os temas sociais e contribuem para a transformação ética, humanista, logo, estes docentes percebem a CIDH da UnirG como um ambiente transformador da sociedade, na direção do estabelecimento da Justiça Social.

5.2 Resultados e Discussões do Grupo Focal 2

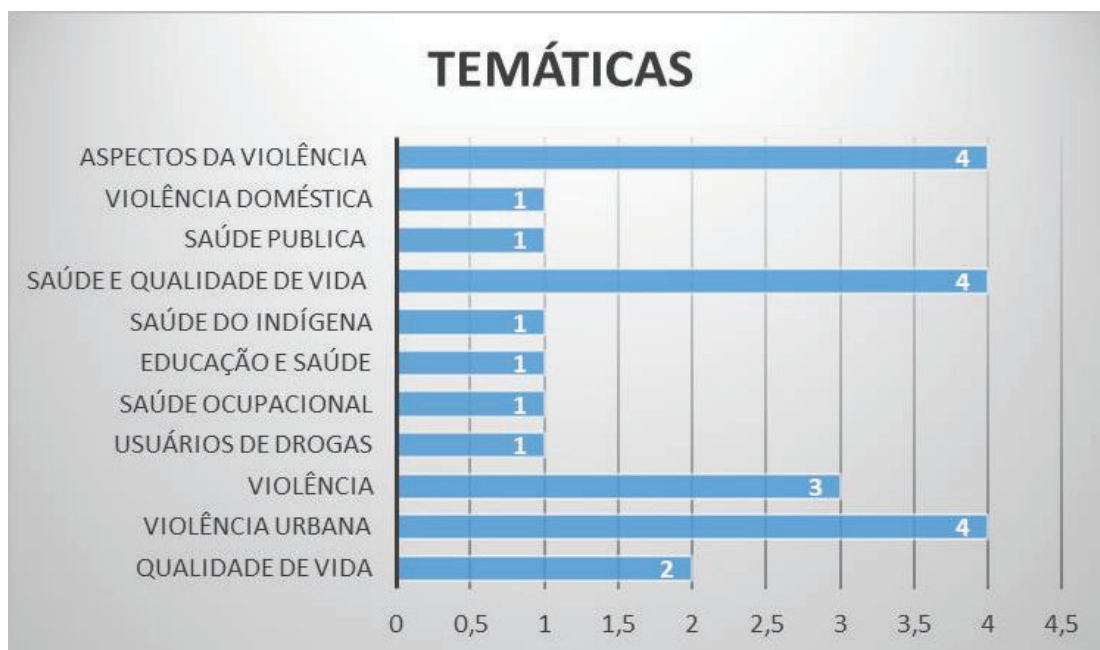
Na segunda reunião de grupo focal, realizada nas mesmas condições e lugar da primeira, buscou-se extrair elementos para a construção coletiva da proposta de criação da Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos na UnirG, uma temática a ser desenvolvida que abrangesse todos os cursos.

Fator que chamou a atenção foi a redução do número de participantes, apenas oito pessoas presentes, apenas 50% do número anterior. A pergunta para extrair esta informação foi: Qual temática lhe parece a mais adequada para a Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos – CIDH da UnirG?

Nesta reunião, de modo a deixar os participantes mais à vontade, e fomentar a espontaneidade, ficaram livres para manifestarem suas opiniões quando sentissem vontade, sem uso do objeto da palavra. A transcrição obedeceu a ordem de participação, porém não se identificou quem falou duas vezes, ou mesmo não quis participar.

Registre-se uma preocupação dos participantes em estabelecer uma escala dedutiva de pensamento, ao dizerem: “É do Macro para o micro”, “Nós vamos fazer um contexto geral?”, “Nós vamos afunilando”, “eixos mais amplos” (G.F 2, 19/09/2018). Durante as discussões, identificou-se a aparição das seguintes temáticas:

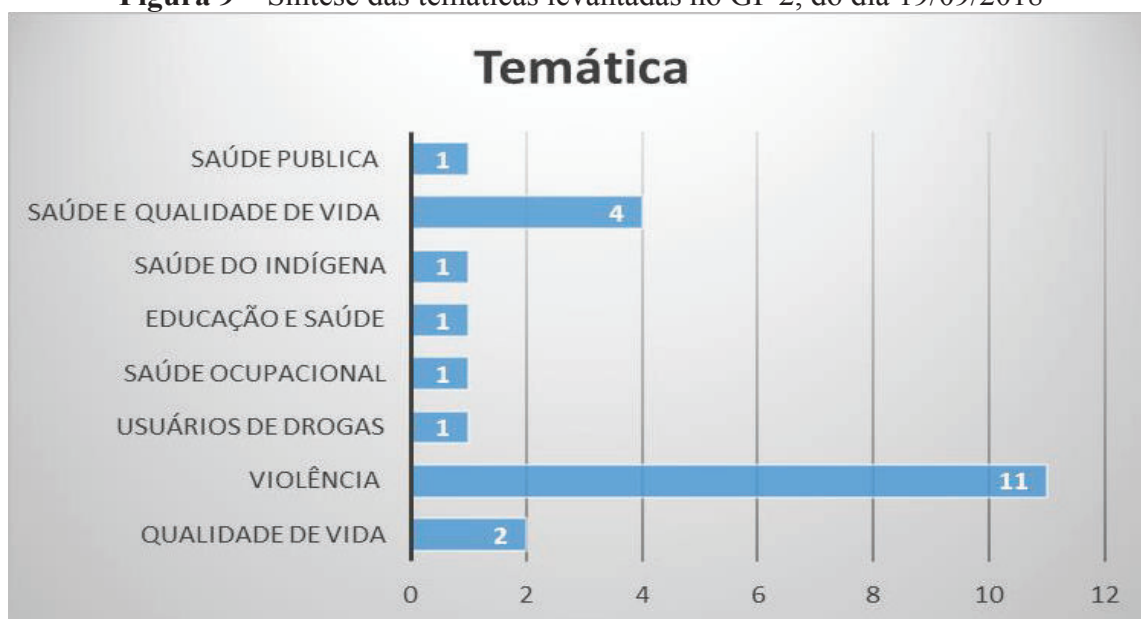
Figura 8 – Temáticas levantadas no GF 2, do dia 19/09/2018



Fonte: A autora (GF2, 19/09/2018).

Contudo, ao se analisar as temáticas, percebe-se que a temática violência, para o grupo, abrange outras temáticas, tais como aspectos da violência, violência urbana e doméstica o que motivou a consideração de que violência, seus aspectos e tipos fazem parte, e por isso, inseridas em uma única temática, o que faz surgir o seguinte gráfico:

Figura 9 – Síntese das temáticas levantadas no GF 2, do dia 19/09/2018



Fonte: A autora (GF2, 19/09/2018).

Ao longo das discussões, uma das participantes fez uma intervenção que modificou todo esse cenário de escolher a temática violência: “A minha não, a minha seria saúde e qualidade de vida e dentro desse aspecto geral, os temas de violência, de droga, aí sim dá para discriminar porque faz parte dessa saúde em geral, da qualidade em geral” (...) “Que a qualidade seria um eixo temático, dentro desse tema geral, e aí você pode fazer ramificações porque a violência vai restringir eu acho porque são vários temas” (G.F2, 19/09/2018).

Tal assertiva foi confirmada pela moderadora com a seguinte indagação para a qual todos manifestaram concordância: “Então a proposta do grupo é saúde e qualidade de vida e aspectos da violência seria um sub tema a ser desenvolvido pelo curso que se enquadrasse dentro disso?” Portanto, a temática escolhida pelo grupo, para a clínica interdisciplinar de Direitos Humanos da UnirG é Saúde e Qualidade de Vida, pois de acordo com os participantes, a temática violência se insere tanto em saúde, propriamente dita quanto qualidade de vida.

Seguindo o roteiro apresentado no Apêndice D, a próxima discussão envolveu a definição dos atores envolvidos na clínica. Neste momento, utilizou-se o objeto da palavra, de modo a facilitar a coleta de todas as informações, por participante. A pergunta foi: Quando se pensa nesta Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos, que tem como eixo temático Saúde e Qualidade de Vida, dentro da IES, em seu curso, quais seriam os atores a se envolverem neste trabalho? (no aspecto, discente docente e a respectivas disciplinas).

Extraí-se que existem disciplinas, em todos os oito cursos participantes deste momento da pesquisa, que poderiam ser envolvidas na Clínica de Direitos Humanos e, ainda, que o grupo visualiza a atividade envolvendo professores e alunos, em todos os momentos do curso de graduação. Importante para a CIDH da UnirG a institucionalização, de maneira a validar horas curriculares ou extracurriculares, pois assim, haverá garantias de que o projeto não fique à mercê de vontades institucionais, e torne-se uma atividade permanente. Bem como se garante nesta ação, a remuneração do trabalho docente, o qual é essencial nesse caminhar.

As atividades de ensino do projeto da CIDH UnirG podem ser desenvolvidas encontros regulares de grupos de estudos dos discentes matriculados nessas disciplinas, semanais ou quinzenais. Podem ainda ser carga horaria complementar destas mesmas disciplinas, na qual eles terão oportunidade de aprofundamento de seus estudos em Direitos Humanos, tanto com os professores quanto com os coordenadores da Clínica,

quanto com professores de outras áreas de conhecimento que são convidados para trocar experiências e reflexões sobre os casos a serem trabalhados.

Quadro 27 - Atores envolvidos/ disciplinas, segundo participantes dos GF.

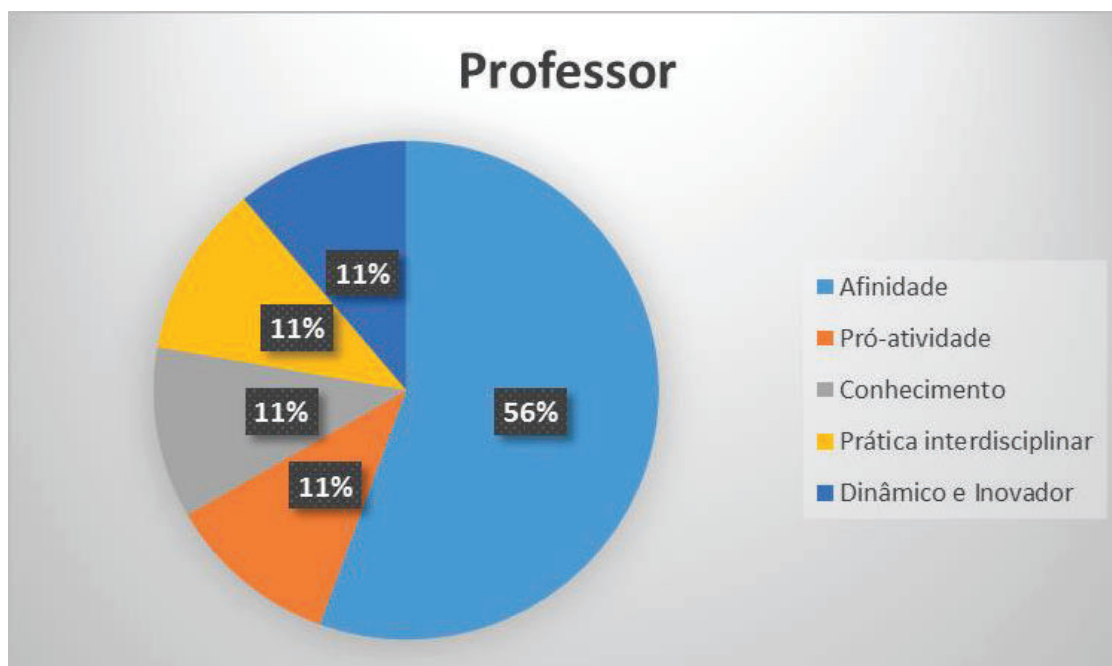
Partic	Disciplinas	Atores
B1:	“[...] saúde coletiva, educação física: cultura e sociedade ... lazer e educação, atividade física e saúde [...]”	“[...] docentes e discentes, Estagiários, (...) alunos a partir do segundo período [...]”
B2:	“[...] pedagogia hospitalar, (...) jogos e brincadeiras ... educação e saúde [...]”	“[...] aluno de primeiro período... professores [...]”
B3:	“[...] odontologia e sociedade [...]”	“[...] Professores... alunos do primeiro período [...]”
B4:	“[...] saúde pública, farmacologia, o estágio supervisionado profissionalizante, atenção farmacêutica e farmácia Clínica [...]”	“[...] docente... discente [...]”
B5:	“[...] Atenção básica 1, 2, 3 e 4”... saúde e comunidade, da família e comunidade [...] disciplinas mais voltadas às especialidades saúde: da criança, saúde da Mulher, saúde mental e as especialidades mais específicas cardiologia	“[...] alunos do primeiro ao décimo segundo período [...]”
B6:	“[...] rádio [...] jornalismo comunitário [...]”	“[...] Professores, coordenadores de estágio e os acadêmicos e também, os servidores [...]”
B7:	“[...] Cultura e Sociedade. Direitos Humanos e Sociedade [...] Educação e Sociedade”.	“[...] Discentes [...] docentes [...]”
B8:	“[...] Social e Comunitária”. Aconselhamento Psicológico, Intervenção e Crise, Psicologia com Pessoas com Populações Diferenciadas...Psicologia da Saúde, a Psicologia Hospitalar...Psicopatologia Escolar.Psicologia Jurídica, Dinâmica de grupos e disciplinas de Estágios [...]”	“[...] alunos desde o primeiro até o décimo [...] professores [...]”

Fonte: A Autora, (Q1, GF2, 19/09/2018).

Destes grupos, podem surgir propostas de pesquisa de análise de casos reais e/ou hipotéticos envolvendo Direitos Humanos, as quais aprofundarão o conhecimento ou buscarão novas respostas para outras perguntas.

No momento seguinte, foram discutidos os critérios para seleção do docente para participar do trabalho. A pergunta norteadora do debate foi a seguinte: Quais critérios você pensa serem adequados para a seleção do docente a participar da CIDH da UnirG?

Das discussões, extraiu-se o seguinte gráfico:

Figura 10 – Características do professor participante da CIDH UnirG

Fonte: A Autora, (Q2, GF2, 19/09/2018).

O professor inovador e dinâmico, portanto, necessita explorar sua criatividade para resolver questões rotineiras, a partir de novos olhares, antigas e novas questões. Para além de revolucionar todo um sistema a partir de uma simples ideia, são necessárias mudanças cotidianas pautadas pela vontade de tornar melhor o ambiente onde atua.

Resta evidente a necessidade de se conhecer e compreender os vários aspectos do pensamento do docente, e seu conhecimento, bem como as relações desses aspectos com a sua atuação ou comportamento. Por detrás deste interesse, está a convicção de que aquilo que o professor pensa, influencia de maneira significativa aquilo que o professor faz.

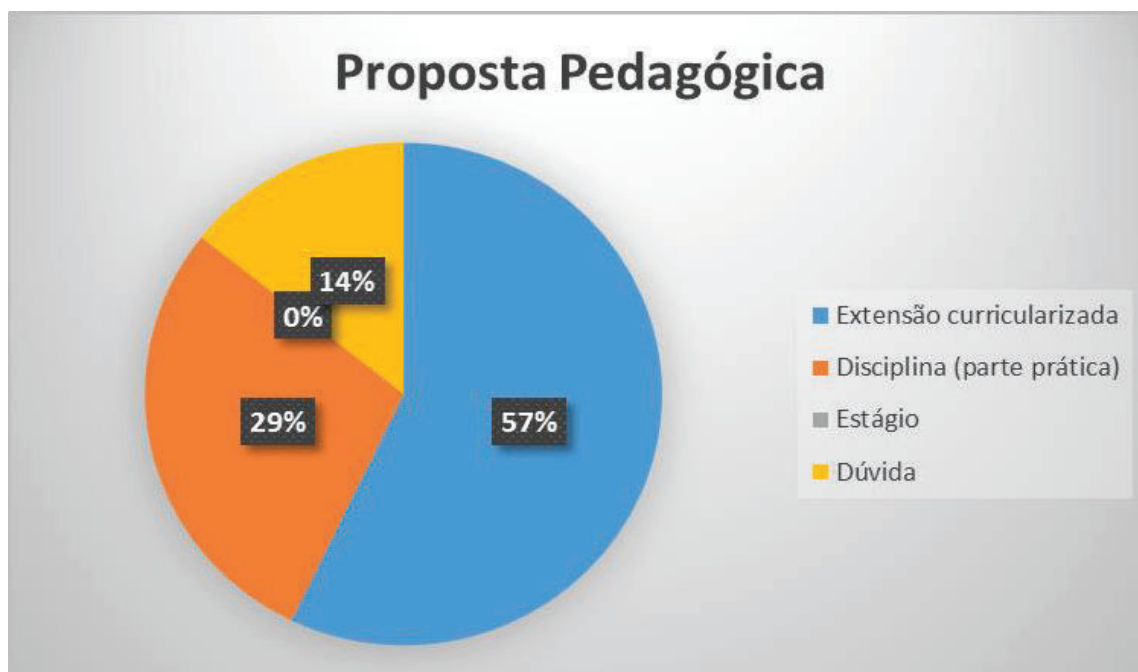
Percebe-se que tais características fazem parte do lecionado por Jacques Delors, na síntese de Rodrigues (2018) quando diz:

- **Aprender a fazer** – Não basta preparar-se com cuidados para se inserir no setor do trabalho. A rápida evolução por que passam as profissões pede que o indivíduo esteja apto a enfrentar novas situações de emprego e a trabalhar em equipe, desenvolvendo espírito cooperativo e de humildade na reelaboração conceitual e nas trocas, valores necessários ao trabalho coletivo. Ter iniciativa e intuição, gostar de uma certa dose de risco, saber comunicar-se e resolver conflitos e ser flexível. Aprender a fazer envolve uma série de técnicas a serem trabalhadas.

Entre o fechamento desta discussão e o assunto seguinte, surgiu uma discussão entre os membros integrantes, sobre a participação do aluno na CIDH ser um componente prático curricular das disciplinas indicadas pelos cursos, extensão curricularizada, na qual se incorpora atividades de extensão às matrizes curriculares dos cursos de graduação, ou ainda

um campo de estágio para os cursos. Dos debates, extraiu-se a seguinte conclusão (Figura 11).

Figura 11 – Posição da CDH UnirG, no currículo.



Fonte: A Autora, (Q2, GF2, 19/09/2018).

Na prática, pode-se dizer que a CIDH da UnirG, segundo a proposta coletiva, é ser um espaço de diálogo e de atuação para garantir ao estudante uma relação mais aberta entre os campos dos saberes e conhecimentos disciplinares com as questões mais amplas que norteiam a realidade social e coletiva. Debates epistemológicos e metodológicos no ensino e na pesquisa que fundamentem e ampliem as possibilidades de compreensão dos fenômenos estudados e de práticas inovadoras. Tal processo de **curricularizar a extensão** atende aos documentos nacionais que versam sobre políticas para a Educação, como o Plano Nacional de Educação 2014-2024, da LDB 9.394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino superior e ao Plano Nacional de Extensão, além de documentos norteadores das práticas pedagógicas da Universidade UnirG, via de seus Projetos Políticos Pedagógicos vigentes. Vê-se, portanto, a oportunidade de junção teoria-prática presente na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Como sugestão para as atividades de extensão, percebe-se inicialmente duas maneiras de seleção dos casos emblemáticos: a) selecionados por alunos e professores, na rotina da CIDH ou b) quando houver solicitação de atendimento de uma

organização/entidade social parceira. Frise-se que em ambos, há um contato com a comunidade externa.

O tema dos Direitos Humanos exige “[...] que o trabalho extensionista articule práticas formativas na graduação fazendo interagir, por exemplo, o estágio curricular ou extracurricular com disciplinas práticas e teóricas, com grupos e projetos de pesquisa, ampliando as possibilidades formais e não formais de abordagem do tema” (ZENAIDE, 2010, p. 75). Desta premissa, conclui-se que a CIDH UnirG será um espaço de excelência para integração do ensino-pesquisa-extensão, no qual os estudantes vivenciarão experiências concretas dessa cominação, e tendo consciência de como se articulam.

Esta conclusão de extensão curricularizada não se harmoniza com a forma de seleção indicada pelo grupo para os discentes, pois ao pressupor que os alunos serão selecionados via edital, haverá exclusão de alguns, segundo critérios a serem firmados e a extensão curricularizada pressupõe a frequência de 100% dos alunos matriculados nas disciplinas afins a serem relacionadas. Contudo, destaque-se que a pergunta norteadora da discussão foi: Quais critérios você pensa serem adequados para a seleção do discente a participar da CIDH da UnirG, conforme visualizado na Figura 12.

Figura 12 – Critérios para seleção dos estudantes participantes da CIDH



Fonte: A autora (Q3, GF2, 19/09/2018).

Deste modo, outra não é a conclusão senão de que a CIDH da UnirG, deverá ser uma atividade de extensão, cuja seleção dos discentes participantes se dará por edital. Oportunamente, ao se consolidar esta prática metodológica na instituição, poderá tornar-se possível ampliar para extensão curricularizada também.

Sobre as disciplinas que se harmonizam com a proposta pedagógica, na pergunta norteadora dos atores e disciplinas, os membros já as indicaram conforme matrizes curriculares existentes. Ao ser lido novamente o questionamento, quais critérios você pensa serem adequados para seleção da disciplina a participar da CIDH da UnirG, um participante acrescentou a disciplina Envelhecimento, do seu curso.

Destaque-se neste momento que ao se conceber a CIDH como uma atividade de extensão curricularizada, a IES não necessita atrelá-la a uma ou algumas disciplinas, o que foge da concepção do ensino exclusivo via disciplinas. Entretanto, esta percepção mostra-se importante para confirmar o tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão. A constatação de que já existem disciplinas dentro do curso que trabalham conteúdos harmônicos com a prática de Direitos Humanos proposta, sugere um público alvo de trabalho com concepções teóricas mínimas, os quais necessitam apenas de adaptação a nova metodologia de trabalho, assim como os docentes. Outrossim, é possível ainda, visualizar na Clínica, um amplo espaço de trabalho para parte prática das mencionadas disciplinas, caso haja interesse do docente e discentes no trabalho, e pode inclusive impulsionar o trabalho de pesquisa acadêmica.

Seguindo na linha de construção da proposta coletiva, aos participantes foi questionado sobre a existência de algum outro ator considerado necessário para a implantação/ desenvolvimento da CIDH dentro ou fora da IES? Eis os resultados:

Quadro 28 - Atores externos e internos da CIDH, conforme participantes do GF.

B1:	“[...] OMG [...]”
B2:	“[...] Casa de Cultura [...]”
B3:	“[...] município, por meio das secretarias municipais [...]”
B4:	“[...] Empresários [...]”
B5:	“[...] Corpo de bombeiro, polícia militar, presidente de bairro [...]”
B6:	“[...] Presidente de bairro, escolas [...]”
B7:	“[...] escola do bairro [...]”
B8:	“[...] nossa comunidade acadêmica [...]”

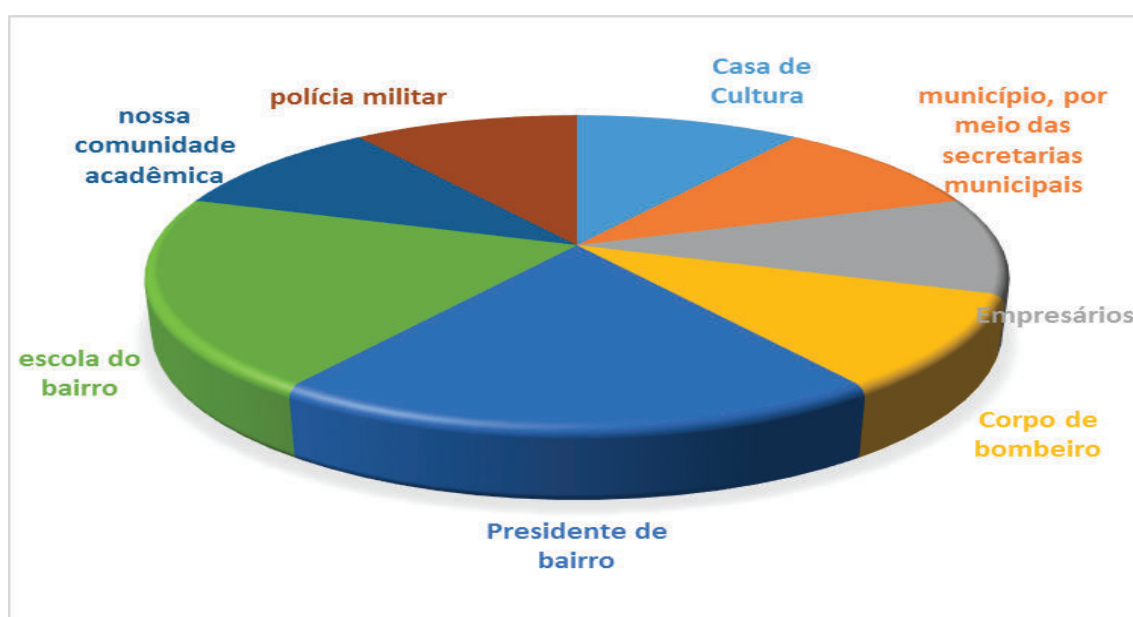
Fonte: A Autora, (Q3, GF2, 19/09/2018)

A participação de atores externos à comunidade acadêmica, evidencia que o aprendizado não se dá apenas centrado na figura do professor, dentro de sala de aula,

rompe-se assim, com a visão tradicional do ensino, onde além do aluno ser autor do seu conhecimento, tal saber é adquirido na própria vivência e realidade social. Deste modo, a CIDH UnirG permitirá aos estudantes, participarem de um espaço privilegiado de intercâmbio e comunicação entre a investigação acadêmica e os agentes políticos e sociais. Para isso, as propostas curriculares dos cursos permitem este trabalho na graduação, conforme visto no estudo dos PPC dos cursos.

Os atores externos, mencionados pelos participantes, podem ser visualizados na Figura 13.

Figura 13 – Atores externos parceiros na CDH UnirG



Fonte: A autora, (Q3, GF2, 19/09/2018)

Nesse sentido, a CIDH UnirG demanda a criação de uma ampla rede de contatos e sinergias que podem garantir a tomada de decisões, considerando vários e diversos elementos, necessários para o desenvolvimento de suas atividades. Outrossim, em um prazo mais alongado, quiçá surja espaço para intercâmbio entre outras instituições de ensino também.

Reforça-se esta conclusão com o questionamento abaixo. Direcionando as discussões sobre o público alvo, indagou-se: Quando se pensa nesta CIDH, que tem como eixo temático Saúde e Qualidade de vida, dentro da IES, em seu curso, considerando os atores internos, qual é o público alvo externo da CDH?

Quadro 29 – Público externo alvo da CDH, conforme participantes dos GF

B1:	“[...] adolescentes [...] como ator principal [...]”
B2:	“[...] as crianças de 7 a 8 anos de idade [...]”
B3:	“[...] comunidade em geral, até coloquei comunidade de Gurupi e cidades circunvizinhas [...]”
B4:	“[...] precisa com certeza atender crianças, jovens e mas eu não quero desistir do adulto e nem do idoso [...]”
B5:	“[...] eu pensei no grupo ... grupo de adolescentes, e o grupo da criança, grupo do Idoso [...]”
B6:	“[...] grupo composto por todos os alunos e professores ...” cada um com sua área [...]”
B7:	“[...] Populações diferenciadas [...]”
B8:	“[...] escolher um bairro que é mais propício [...]”

Fonte: A Autora, (Q4, GF2, 19/09/2018).

A escolha por crianças e adolescentes, evidencia a vontade de se realizar um trabalho tanto nas ações de prevenções quanto na de promoção dos direitos. Dos oito participantes, três preferem o trabalho com crianças, e não excluem o jovem adolescente, seja morador de Gurupi ou não. Destaque-se a menção a população diferenciada, atrai um público vulnerável socialmente. As respostas apresentadas, na verdade se complementam e não significam a eleição de um único público certo e determinado, apenas indicam caminhos de escolha para o público alvo a ser atendido.

Em razão de ser a violência uma constante social, cujas crianças são as principais vítimas, o trabalho de conscientização, educação, pode surtir efeitos em longo prazo, na comunidade local. De maneira mais ou menos intuitiva, os participantes demonstram que a concepção de interesse público deste trabalho relaciona-se a bens e serviços que afetam toda a cidadania infanto-juvenil, com elementos de organização política e social essenciais.

A seleção dos beneficiários, segundo os participantes será:

Quadro 30 - Outros atores externos e internos da CDH, conforme participantes dos GF.

B1:	“[...] os casos seriam selecionados por estudantes e professores por entenderem ser um caso emblemático que necessite de uma intervenção [...]”
B2:	“os professores e os alunos selecionariam os casos emblemáticos”
B3:	“[...] o bairro mais violento, com maior índice de criminalidade, e a partir dali o professor escolheria o caso emblemático junto com seus alunos para trabalhar aquele caso [...]”
B4:	“[...] No início nós que vamos até lá, e depois eles que vem até nós [...]”
B5:	“[...] listas de pessoas de espera, aí tem que ter uma equipe [...]”
B6:	“[...] triagem [...]”
B7:	“[...] que o ideal seria a triagem mesmo [...]”

Fonte: A Autora, (Q4, GF2, 19/09/2018)

A concepção do grupo de trabalho para a seleção dos casos, pressupõe uma ação coletiva de professores e alunos, os quais, através de uma visita no local, primeiramente, selecionarão os casos emblemáticos a serem trabalhos, via de uma triagem. A abordagem poderá se realizar em todas as atuações, desde a sensibilização, a formação da cidadania, a participação em processos de elaboração, desenvolvimento e execução de políticas públicas, quanto nas atividades de lobby, dentre outras.

Há de se ressaltar a importância do resguardo da autonomia universitária neste cenário, para além da simples eleição dos temas ou grupos a serem trabalhados, mas também a garantia da metodologia a ser escolhida, em vista sempre da vocação, objetivo de criação e pedagógico da CIDH UnirG. Assim, imprescindível a abertura de um espaço para reflexão crítica dos próprios estudantes e professores envolvidos, com mecanismos de avaliação, reflexão, autocrítica, e manifestações amplas.

Em seguida, passou-se a discutir quem seriam as pessoas, conforme letra q do Apêndice D, qual o pensamento do grupo sobre essa triagem e encaminhamento, o curso fazendo essa triagem, um grupo de alunos?

Quadro 31 – Formas de triagem dos atendimentos, conforme participantes dos GF.

B1:	“[...] Essa clínica tem que ter seu Regimento [...]”
B2:	“[...] educação e Psicologia [...]”
B3:	“[...] um grupo [...]”
B4:	“[...] grupo define [...]”
B5:	“[...] um grupo [...]”
B6:	“[...] direcionamento em função da própria gravidade [...]”

Fonte: A Autora, (Q5, GF2, 19/09/2018)

A partir das ponderações do grupo, percebe-se a convergência quanto a necessidade de uma triagem, inclusive já sinalizada no item anterior, realizada por um grupo, o qual deverá conhecer bem o funcionamento da CIDH, para que se faça encaminhamentos dos atendimentos, aos núcleos específicos, considerando a gravidade da situação apresentada. Esta é uma solução, inicialmente pensada para os casos específicos. Contudo, dentro da Clínica de Direitos Humanos, onde as intervenções deverão ser macros, de modo a atingir toda a coletividade, as ações de intervenção deverão ser repensadas pela equipe participante. Este encaminhamento pode ter sido apresentado, inclusive pelo direcionamento das discussões constantes do apêndice D, e até mesmo pela falta de conhecimento empírico sobre o funcionamento das demais CDH existentes.

Sobre o direcionamento propriamente dito, foi indagado: Como que você pensa que sejam direcionamento das pessoas selecionadas?

Quadro 32 – Formas de direcionamento dos atendimentos, conforme participantes dos GF.

B1:	“[...] o atendimento tem que ser gratuito [...]”
B2:	“[...] ter uma contra partida daquele grupo que está sendo atendido [...]”
B3:	“[...] ela sente valorizada ...então mesmo que seja alguma coisa meio simbólica [...]”
B4:	“[...] Doação [...]”
B5:	“[...] não faltar aos encontros de dois ou três [...]”
B6:	“[...] trabalhar o empoderamento pessoa [...]”
B7:	“[...] a responsabilidade dela no sentido de cumprir agenda, cumprir com as obrigações [...]”
B8:	“[...] Um trabalho de evolução [...]”
B9:	“[...] a evolução da pessoa nesse plano de trabalho.pessoa pode ser convidado a ser voluntário [...]”
B10:	“[...] relatório final dessa pessoa [...]”
B11:	“[...] a intervenção também tem que ser coletiva [...]”
B:12	“[...] esse plano tem que ser em comum, senão não vai ser interdisciplinar [...]”

Fonte: A Autora, (Q6, GF 2, 2018).

A partir desta discussão, com os apontamentos acima, extraiu-se uma preocupação do grupo para com a modificação do padrão de comportamento do assistido, incluindo a necessidade de um retorno a este, como tarefa educativa e empreendedora, prestando contas dos serviços realizados, bem como promovendo uma “evolução” em seu padrão de comportamento. Vê-se também uma preocupação com trabalho estratégico, a ser desenvolvido através de plano de ação, cuja construção deverá ser coletiva, de modo a preservar a interdisciplinaridade. Veja a fala destacada abaixo:

“Aí no grupo, a pontualidade daquele grupo, a gente escolhe uma temática, por exemplo violência dentro do bairro, da Vila São José, que é emblemático em Gurupi. O que o grupo poderia fazer, qual o plano de ação que nós vamos traçar dentro desse bairro, a melhoria na qualidade de vida, em termos coletivo é isso? Planejamento estratégico mesmo?” (Participante B11, Grupo focal 2, Q)

Uma evidência extraída também, é que ainda permanece para os docentes participantes da pesquisa, a visão de que os serviços de atendimento devem ser prestados pelos cursos isoladamente junto aos assistidos. Nesse aspecto, deve-se adotar muita cautela para que a CIDH da UnirG não se torne apenas uma central de atendimento de seus diversos cursos, e perca seu foco de trabalho voltado para o coletivo social e para as práticas de ensino, voltada inclusive para interdisciplinaridade.

A finalidade da Clínica de Direitos Humanos proposta é ser um espaço alternativo que promove aos estudantes dos cursos uma aprendizagem da práxis dos Direitos Humanos, a integração simultânea de atividades de ensino, pesquisa e extensão, com compromisso ético e social. O aluno deverá desenvolver habilidades profissionais, aprender com a experiência, adquirir responsabilidade

profissional, trabalho colaborativo, impacto do conteúdo programático de seu curso na vida real, através de uma mentalidade crítica.

Imprescindível transpor a barreira do mero assistencialismo a casos individuais, valorizados em seu momento oportuno, e a educação amplamente tecnicista, dogmática e positivista, especialmente, a jurídica. Importante frisar o contato do discente com a realidade social na qual está inserido, com os direitos em uma escala mundial e o exercício da argumentação para propor solução para problemas de interesse público.

O esperado do trabalho é o alcance de benefícios em diversas áreas: na produção científica com a divulgação dos dados através de artigos, resumos, dentre outros; na formação da comunidade acadêmica, através do compartilhamento das diversas experiências na temática da interdisciplinaridade, bem como no desenvolvimento coletivo de um projeto acadêmico. Quanto ao retorno dos conhecimentos produzidos e benefícios sociais, espera-se que os envolvidos sejam multiplicadores do conhecimento em prol da Universidade, e na melhoria da prestação dos serviços, tanto acadêmicos quanto sociais para a comunidade assistida.